

LUCIA PRADELLA

TRADUÇÃO DE HUGO FIGUEIRA CORRÊA

IMPERIALISMO E DESENVOLVIMENTO
CAPITALISTA EM *O CAPITAL* DE MARX

Recebido em 09/01/2022

Aprovado em 09/02/2022

TEXTO ORIGINAL DE LUCIA PRADELLA
TRADUÇÃO DE HUGO FIGUEIRA CORRÊA

IMPERIALISMO E DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA EM *O CAPITAL* DE MARX^{1 2}

Resumo

Este artigo pretende contribuir com o debate corrente sobre o “novo imperialismo” por meio da apresentação dos principais resultados de uma leitura de *O capital* de Marx à luz de seus escritos sobre o colonialismo, que permaneciam desconhecidos durante o antigo debate marxista sobre o imperialismo. Pretende-se provar que, em seu principal trabalho, Marx não analisa uma economia nacional ou seu correspondente em um modelo abstrato de sociedade capitalista, mas um sistema mundial polarizador e em constante expansão. Essa abstração permite identificar as leis do desenvolvimento do capitalismo e seus antagonismos, refletindo a tendência do capital de Estados dominantes de, por meio do recurso permanente aos métodos da assim chamada “acumulação primitiva”, se expandir e aumentar, ao mesmo tempo, a exploração de trabalhadores em todo o mundo e a cooperação entre eles. O que foi definido

LUCIA PRADELLA

Professora do King's College London.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5331-6015>

HUGO FIGUEIRA
CORRÊA

Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF).

E-mail: hcorrea@id.uff.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4687-243X>

¹ Artigo publicado originalmente sob o título “Imperialism and Capitalist Development in Marx's Capital” em *Historical Materialism*, vol. 21, n. 2, pp. 117-147, 2013. Durante o trabalho de tradução, optou-se por tentar, sempre que possível, remeter o leitor a traduções já existentes para o português dos textos citados pela autora. Quando utilizamos trechos dessas traduções, indicamos também os créditos da tradução utilizada. Esses acréscimos aparecem sempre entre colchetes, em notas de rodapé, e acompanhados da indicação de que se trata de nota do tradutor. Em certas passagens, Pradella refere-se aos capítulos do livro I de *O capital* seguindo a numeração corrente na publicação em língua inglesa. Nesses casos, optou-se “traduzir a remissão” a numeração dos capítulos de acordo com as edições brasileiras.

² Sou grata aos participantes do Segundo Workshop Internacional da IIPPE, em Prócida, onde apresentei uma versão inicial deste artigo, e a Alex Anievas, Alex Callinicos, Adam Hanieh, Alfredo Saad-Filho, Abelardo Marina Flores e aos dois pareceristas anônimos por seus comentários ao artigo. Gostaria de agradecer especialmente a John Smith por sua valorosa ajuda em várias versões deste artigo e por nossas discussões sobre a questão do imperialismo e da lei do valor.

posteriormente como imperialismo, para Marx, é a forma concreta do processo de “globalização” do capital dos Estados dominantes. Com o desenvolvimento de sua análise, Marx tornou-se cada vez mais consciente das consequências econômicas e políticas do imperialismo. Em sua atividade na Primeira Internacional, a respeito da questão da independência irlandesa, Marx afirmou a importância fundamental de construir uma solidariedade real entre as lutas da classe nos países imperialistas e uma resistência anticolonial nos países colonizados e dependentes. Seu exame do imperialismo e sua perspectiva internacionalista foram negligenciados, negados, quando não completamente invertidos, na interpretação e na sistematização de seu pensamento por líderes reformistas da Segunda Internacional. Em sua tentativa de reagir contra essas tendências e desenvolver uma análise e uma estratégia política adequada à nova fase de expansão imperialista generalizada, de aumento das rivalidades interimperialistas e de crescente resistência anticolonial, Rosa Luxemburgo e Lênin reafirmaram a centralidade da crítica ao imperialismo nos planos político e econômico. Assim, mesmo sem ter plena consciência disto, eles desenvolveram e expandiram alguns aspectos já presentes no trabalho de Marx.

Palavras-chave: capitalismo; imperialismo; colonialismo; internacionalismo; *Marx-Engels-Gesamtausgabe* (MEGA2).

Abstract

This article aims at contributing to current debates on the ‘new imperialism’ by presenting the main results of a reading of Marx’s *Capital* in light of his writings on colonialism, which were unknown in the early Marxist debate on imperialism. It aims to prove that, in his main work, Marx does not analyse a national economy or – correspondingly – an abstract model of capitalist society, but a world-polarising and ever-expanding system. This abstraction allows the identification of the laws of development of capitalism and its antagonisms, and reflects the tendency of the capital of the dominant states, by making permanent recourse also to methods of so-called ‘primitive accumulation’, to expand and increase the exploitation of workers worldwide, and, at the same time, the cooperation between them. What, for Marx, was later defined as imperialism is the concrete form of the process of ‘globalisation’ of the capital of the dominant states. With the development of his analysis, Marx became increasingly aware of the economic and political consequences of imperialism. In his activity within the First International, with regard to the question of Irish independence, he affirmed the fundamental importance of building a real solidarity between class struggles in imperialist countries and anti-colonial resistance in colonised and dependent countries. His examination of imperialism and internationalist perspective were downplayed, denied, if not completely reversed in the interpretation and systematisation of his thought by reformist leaders within the Second International. In their attempt to react against this tendency and develop an analysis and a political strategy adequate to the new phase of generalised imperialist expansion, increased inter-imperialist rivalries and rising anti-colonial resistance, Rosa Luxemburg and Lenin reaffirmed the centrality of the critique of imperialism at the economic and at the political levels. Even if they were partially unaware of this, they thus developed and expanded on some aspects already present in Marx’s work.

Keywords: capitalism; imperialism; colonialism; internationalism; *Marx-Engels-Gesamtausgabe* (MEGA2).

I. Introdução

Em resposta ao processo de globalização neoliberal e à presente guerra permanente conduzida por países ocidentais contra os povos do Sul Global, um novo debate sobre o imperialismo floresceu. Esse artigo pretende contribuir com essa discussão apresentando argumentos adquiridos por uma leitura de *O capital* de Marx à luz de seus escritos e cadernos sobre o colonialismo e as sociedades pré-capitalistas e das várias edições do Livro I. Os cadernos de Marx ainda não foram inteiramente publicados pela MEGA2 (*Marx-Engels-Gesamtausgabe*)³ e demorou muito tempo para que seus artigos no *New York Daily Tribune* obtivessem reconhecimento. Os escritos de Marx sobre a questão colonial passaram a ter maior circulação a partir de 1959, com a publicação de dois volumes em Moscou – *On Colonialism* [Sobre o colonialismo] e *The First Indian War of Independence* [A primeira guerra de independência da Índia] –, e, depois, com a publicação dos *Collected Works*, que incluem todos os artigos escritos para o *Tribune* por Marx e Engels nos volumes 11-17 e 19. Essas vicissitudes editoriais explicam por que esses escritos não são mencionados na discussão da Segunda Internacional sobre o colonialismo e, quando eclodiu o grande debate sobre o imperialismo antes e durante a Primeira Guerra Mundial, nem Rosa Luxemburgo nem Lênin pareciam conhecer sua existência. Mesmo após sua publicação, contudo, eles continuaram “periféricos” e não foram analisados em conjunto com o resto de sua obra.

O livro *Marx nas margens*, de Kevin Anderson (2010), apresenta os escritos de Marx sobre sociedade pré-capitalistas e não-ocidentais de 1850 em diante, assim oferecendo ferramentas importantes para analisar a evolução de seu pensamento sobre assuntos que Anderson mostra não serem nada periféricos aos interesses de investigação teórica e política de Marx. O presente artigo examina a relação entre esses escritos e a crítica de Marx à economia política, refutando uma das principais hipóteses que persiste

³ A nova edição crítica dos escritos de Marx e Engels.

no debate marxista contemporâneo sobre imperialismo: que “Marx se concentrou em uma economia capitalista fechada em seu principal trabalho teórico” e “analisou a origem e a expansão do capitalismo no interior de um Estado-nação” (BREWER, 1990, p. 19)⁴.

Para David Harvey, *O capital* de Marx não considera as reconfigurações espaciais do sistema internacional; a acumulação processar-se-ia conforme a reprodução expandida dentro de uma economia fechada “em condições de ‘paz, propriedade e igualdade” (HARVEY, 2005a, p. 144)⁵. Marx – sustenta Ellen Meiksins Wood (2006, p. 21) – examinou a dinâmica especificamente capitalista olhando para ela de forma “mais ou menos abstrata como um sistema fechado”. Em seu comentário ao *Novo imperialismo* de Harvey, Sam Ashman e Alex Callinicos (2006, p. 108) mantêm a validade da distinção entre as lógicas territorial e capitalista de poder, assumindo dessa forma, assim como Harvey, que Marx desenvolveu uma análise “interna” das contradições do modo de produção capitalista. Um ponto de vista semelhante informa a importante contribuição mais recente de Callinicos a esse debate, *Imperialism and Global Political Economy*. Esse tipo de abordagem, como Justin Rosenberg destaca, externaliza “o internacional” e termina por “abrir um abismo intransponível entre teoria do desenvolvimento capitalista e sua forma efetiva, enquanto processo histórico” (ROSENBERG, 2007, pp. 458-459).

No presente artigo, desejamos provar que *O capital* de Marx superou o pressuposto contraditório centrado no Estado da economia política clássica por meio de seu desenvolvimento das teorias do valor e do mais-valor: ao

⁴ Essa opinião é compartilhada por Roman Rosdolsky, para quem apenas nos livros projetados sobre o Estado, o comércio internacional e o mercado mundial, Marx superaria seu suposto enquadramento “nacional” e desenvolveria sua análise “internacional”: “a economia nacional deve ser concebida também em suas relações com o exterior, com outras nações capitalistas (e não capitalistas), e, ao fim e ao cabo, como parte de um todo mais amplo, que compreenda o conjunto dos países. Só então chegamos à categoria mercado mundial e da economia mundial como uma ‘rica totalidade com múltiplas determinações e relações” (ROSDOLSKY, 1989, p. 27) [Tradução de César Benjamin in: ROSDOLSKY, R. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001, p. 40].

⁵ [HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2005, p. 120].

examinar o capitalismo britânico como um sistema mundial polarizador e em permanente expansão, Marx desenvolveu uma análise sistemática do “imperialismo de livre-comércio” britânico. A lei geral da acumulação capitalista precisa ser entendida como uma lei da acumulação de capital em escala mundial e, uma vez que o Estado desempenha um papel fundamental nesse processo, do Imperialismo. Para demonstrar isso, concentramo-nos em questões específicas do campo de análise do livro I de *O capital*, que lança as bases para investigações posteriores sobre as concepções marxianas da relação entre capitalismo e imperialismo, e nas implicações dessa interpretação para uma compreensão teórica da forma realmente assumida pelo sistema internacional⁶.

A segunda seção do artigo discute como Marx tratou dos investimentos internacionais e do expansionismo no livro I de *O capital*, enquanto a terceira seção concentra-se na dinâmica da acumulação de capital, o que inclui processos que, para Lênin, caracterizaram a fase imperialista do desenvolvimento capitalista. A quarta seção ilumina a relação entre o processo de desenvolvimento da análise de Marx e a mudança de sua avaliação a respeito das possibilidades de uma revolução internacional. A última seção oferece considerações preliminares sobre as interpretações do trabalho de Marx na Segunda Internacional – por Bernstein e Kautsky em particular – refletindo o crescente reformismo na Social-Democracia alemã. Rosa Luxemburgo e Lênin combateram essa tendência tanto política quanto teoricamente. Luxemburgo criticou *O capital* a partir do que ela identificou como suas lacunas e tentou resolvê-las, aplicando o método marxiano ao exame do imperialismo. Lênin tentou “atualizar” a análise de Marx para compreender uma nova fase do desenvolvimento capitalista. A questão explorada aqui é

⁶ Para uma análise mais detalhada de *O capital* de Marx e de seus escritos sobre colonialismo e sobre as sociedades pré-capitalistas (especialmente a Irlanda, a China, a Índia, a Rússia e os Estados Unidos), ver Pradella (2010). Em minha tese, *Globalisation and Critique of Political Economy: New Evidence from the MEGA²*, eu examino a evolução da análise de Marx sobre o “internacional” (incluindo as questões sobre o investimento internacional e a troca desigual) à luz de seus cadernos e exploro a relação entre as categorias abstratas e as determinações concretas nos manuscritos de Marx para *O capital* de 1857-1863. Para uma tentativa de desenvolvimento da análise de classes do imperialismo com foco na divisão Norte-Sul, ver Smith (2010).

em que medida essas tentativas se basearam em uma compreensão adequada do principal trabalho de Marx.

2. O capital: um sistema globalizante

Em *O capital*, Marx examina o modo de produção capitalista e as condições de produção e troca correspondentes a esse modo de produção, usando a Inglaterra – a potência hegemônica no mundo e um exemplo de uma economia capitalista completamente desenvolvida – como principal ilustração, porque, àquela época, ela era seu caso clássico. Das características específicas do capitalismo inglês, Marx determina as leis de desenvolvimento dos antagonismos do modo de produção capitalista em si. *O capital* não se limita, portanto, a analisar uma etapa histórica específica, *i.e.*, o capitalismo inglês de meados do século XIX, mas sim examina as leis gerais de seu desenvolvimento (MARX, 1996, p. 9)⁷. O livro I, no entanto, não considera apenas um capital individual – como tanto Lênin quanto Rosa Luxemburgo parecem acreditar –, mas a produção e a reprodução do “capital social total”, o que considera tanto o capital individual quanto a soma de todos os capitais existentes. O conceito de capital social total – ou, mais simplesmente, de “capital” – refere-se a todos os ramos de uma “dada sociedade”, sem restrições a fronteiras nacionais. Ao analisar um capital, Marx pode analisar sua totalidade porque a pluralidade e a concorrência são inerentes a sua essência. O conceito de capital reflete a tendência do capital dos Estados líderes em direção a uma dominação universal. Conforme a concorrência é a própria essência do capital, entretanto, a acumulação – como veremos adiante – continuamente recoloca a questão em níveis mais elevados (MARX, 1996, p. 414)⁸, aumentando as rivalidades intercapitalistas e interestatais.

⁷ [MARX, K. *O capital: crítica da economia política*, livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 78 (N.T.)].

⁸ [MARX, K. *O capital: crítica da economia política*, livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 656-657 (N.T.)].

Os cadernos e os artigos de Marx confirmam que, desde a década de 1840, ele não tratava do capitalismo inglês como um sistema nacional, mas como um sistema colonial. Em seus cadernos de 1846-1847, sobre a obra *Geschichtliche Darstellung des Handels, der Gewerbe und des Ackerbaus der bedeutendsten handeltreibenden Staaten* de Gustav von Gülich (MARX, 1983, pp. 3ff), por exemplo, ele distingue duas fases principais de formação e desenvolvimento do mercado mundial: o “mercado mundial pré-industrial”, que data das descobertas geográficas dos séculos XV e XVI, e o mercado mundial criado sobre as bases da grande indústria. Em contraste com von Gülich, Marx considera os sistemas econômicos dos Estados europeus como integrados, o que incluía ainda suas colônias formais e informais. Esses estudos são a base dos trabalhos de Marx e Engels do período, como *A ideologia alemã* (1845), *Miséria da filosofia* (1847), o *Discurso sobre o livre-comércio* (1847) e o *Manifesto comunista* (1848). Em seus escritos sobre a China e a Índia, Marx examina tanto o “Antigo Sistema Colonial”, que corresponde ao período da assim chamada “acumulação primitiva”, quanto o “imperialismo liberal” britânico da era industrial. Ele mantém que os efeitos devastadores da indústria inglesa na Índia são “resultados orgânicos” do modo de produção capitalista.

Essa produção repousa sobre o domínio supremo do capital. A centralização de capital é essencial para a existência do capital enquanto um poder independente. A influência destrutiva dessa centralização sobre os mercados do mundo não faz mais que revelar, nas mais gigantescas proporções, as leis orgânicas inerentes à economia política atualmente funcionante em toda cidade civilizada (MARX; ENGELS, 1979, p. 222).

Em seus artigos sobre a Guerra do Ópio, Marx denunciou o assalto e o domínio britânicos, assim como seus defensores parlamentares, e classificou o comércio de ópio e a agressão colonial contra a China como os *métodos liberais* usados para proteger os interesses de livre-cambistas de Manchester e concentrar a produção manufatureira mundial na Inglaterra. “Quando olhamos de perto para a natureza do livre-comércio britânico, geralmente descobrimos que o monopólio está na base de sua ‘liberdade’” (MARX;

ENGELS, 1979, pp. 17-21). Em um de seus artigos sobre a Guerra Civil Americana, Marx mostra a conexão entre a indústria britânica, a Irlanda e os Estados Unidos, tratando-as como partes de um único sistema econômico⁹. Pelo termo “colônia”, Marx define tanto *as colônias de povoamento quanto os domínios*. Como exemplificavam os Estados Unidos – ainda vistos por Marx como uma colônia europeia em 1866 (MARX, 1996, pp. 454-455)¹⁰ –, a subordinação política não era necessária para a definição de “colônia”. O colonialismo é tratado como um sistema de exploração que não requer a anexação formal de outros países, mas sim a *subordinação econômica à reprodução do capital do país dominante*. As condições específicas das colônias dependem de fatores históricos e políticos – tais como a proporção entre terra e população – e deveriam ser analisadas caso a caso (MARX, 1996, p. 741)¹¹.

Mas Marx de fato analisa sistematicamente esses processos em *O capital*? E, se o faz, como? No capítulo 13 do livro I, no início de uma passagem em que descreve a nova divisão internacional do trabalho típica da era industrial – que converteu “uma parte do globo terrestre em campo de produção preferencialmente agrícola voltado a suprir as necessidades de outro campo, preferencialmente industrial” –, Marx declara estar se referindo a “relações puramente fatuais, ainda não alcançadas por nossa exposição teórica” (MARX, 1996, p. 453)¹². A nosso juízo, é possível encontrar um *primeiro* desenvolvimento de sua investigação teórica na seção VII do livro, relativa à acumulação de capital. No início do capítulo 22, sobre a “Transformação de mais-valor em capital”, Marx afirma:

Abstráimos, aqui, do comércio de exportação, por meio do qual uma nação pode converter artigos de luxo em meios de produção ou de subsistência e vice-versa. Para conceber o objeto da investigação em sua pureza, livre

⁹ Ver Marx, “The British Cotton Trade” (MARX; ENGELS, 1984, pp. 19-20); Anderson (2010, p. 92) [ANDERSON, K. *Marx nas margens*. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 154 (N.T.)].

¹⁰ [MARX, K. *O capital: crítica da economia política*, livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 523 (N.T.)].

¹¹ [MARX, K. *O capital: crítica da economia política*, livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 823 (N.T.)].

¹² [MARX, K. *O capital: crítica da economia política*, livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 522-523 (N.T.)].

de circunstâncias acessórias perturbadoras, temos de considerar, aqui, o mundo comercial como uma nação e pressupor que a produção capitalista se consolidou em toda parte e apoderou-se de todos os ramos industriais (MARX, 1996, p. 580)¹³.

Segundo Lênin, Rosa Luxemburgo e outras interpretações posteriores¹⁴, essa abstração significa o isolamento da Inglaterra com relação ao mercado mundial: Marx teria analisado um “sistema nacional fechado” e o desenvolvimento de seu mercado *doméstico*¹⁵. Nesse mesmo capítulo, no entanto, Marx critica a teoria da reprodução da economia política clássica. Sua interpretação contraditoriamente harmônica da relação entre capital e trabalho assalariado provocara uma “mudança” da análise do valor à análise da “nação”, e fora a base de uma visão atomista e harmoniosa do mercado mundial¹⁶. Na ausência de uma análise sistemática sobre a origem do mais-valor, os economistas clássicos confundiram o valor do produto com produto de valor – este compreendendo o capital variável e o mais-valor, aquele incluindo ainda o capital constante. Ao excluir o capital constante do produto total de um país, eles afirmavam que a acumulação envolvia o crescimento da renda nacional, como se o objetivo da produção capitalista fosse a satisfação de necessidades “nacionais” e não a acumulação de lucros, que envolvia a expansão ininterrupta do capital constante e do mercado externo. A visão harmoniosa do mercado mundial assim resultante refletia os interesses britânicos, na era do “imperialismo de livre-comércio”,

¹³ [MARX, K. *O capital: crítica da economia política*, livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 656-657 (N.T.)]. Para formulações similares, ver Marx (2008, pp. 73, 651). “Wir die gesamte Produktion des Weltmarkts als kapitalistisch betrieben voraussetzen” [“Assumimos que toda a produção do mercado mundial é operada de forma capitalista” (N.T.)] (MARX, 2008, pp. 655, 697).

¹⁴ Para uma discussão recente, ver Hoe-Gimm (2012).

¹⁵ Em sua crítica a Marx, Rosa Luxemburgo propõe que ele analisou uma “economia nacional”, embora reconheça que, segundo ele, a “análise do processo de reprodução não se refere em absoluto a um país capitalista isolado, mas ao mercado mundial capitalista, no qual todos os países se apresentam como um único. Marx já ressalta expressamente esse fato no volume I de *Das Kapital*, ao abordar a questão da acumulação: ‘Aqui se faz uma abstração do comércio de exportação...’”. (LUXEMBURGO, 1951, p. 136.) [Tradução de Marijane V. Lisboa e Otto E.W. Maas in: LUXEMBURGO, R. *A acumulação do capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 80 (N.T.)]. Para a interpretação de Lênin, ver a seção 4.

¹⁶ Cf. Shaikh (1979; 1980).

em manter seu monopólio industrial e transformar todo o mundo em reservatório de matérias-primas e em mercado consumidor para seus bens manufaturados.

O pressuposto de que havia mobilidade para os fatores de produção dentro de um país em particular, mas nunca entre fronteiras nacionais, estava cada vez mais em conflito com a expansão do “campo de ação” do capital britânico e com o aumento da migração internacional de trabalhadores para a Grã-Bretanha e entre suas colônias. No capítulo 22, Marx discute a evolução das posições dos economistas políticos sobre a reprodução do capital, de Adam Smith a Jeremy Bentham e Henry Fawcett. Este, em *The Economic Position of the British Labourer* (1865), aderira à teoria dos fundos salariais – segundo a qual o salário monetário médio recebido por cada trabalhador correspondia à soma de todo o capital de um país dividido pelo número de trabalhadores daquele mesmo país¹⁷ – e, ao mesmo tempo, afirmara que a maior parte da riqueza poupada anualmente na Inglaterra era exportada para países estrangeiros¹⁸. Com o capital adicional exportado, entretanto, também uma parte do fundo de trabalho “inventado por Deus e Bentham” seria exportada (MARX, 1996, pp. 606-607)¹⁹. No capítulo, Marx explica, portanto, por que ele trata “de todo o mundo como uma nação”: por causa das exportações inglesas de capital e trabalhadores, e não apenas de trabalhadores assalariados, como Fawcett argumentou (FAWCETT, 1865, p. 227, n. 56), mas também de camponeses “expropriados” (MARX, 1996, pp. 606-607)²⁰. Esses processos contrariavam a teoria dos fundos salariais defendida por Fawcett, cujas contradições eram uma expressão extrema e grotesca

¹⁷ Ver Lapidés (1998).

¹⁸ “Em um país rico, como a Inglaterra, é acumulado muito mais capital do que sua própria indústria requer. Praticamente não há governos para os quais não tenhamos emprestado dinheiro, nem grande obra pública, em qualquer lugar do mundo, em que não haja capital inglês. Com nossa ajuda, ferrovias serão vistas no gelo perpétuo do Himalaia; nossos navios a vapor cruzarão as mais remotas regiões da Ásia Central e mesmo os novos países, ainda iniciando seu progresso, procurarão a ajuda do capital inglês...” (FAWCETT, 1865, pp. 121-123).

¹⁹ [MARX, K. *O capital: crítica da economia política*, livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 687 (N.T.)].

²⁰ [MARX, K. *O capital: crítica da economia política*, livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 686-687 (N.T.)]. Ver também *Teorias da mais-valia* (MARX, 1968, p. 423; MARX, 1971, p. 253).

de uma contradição inerente à própria economia política clássica. Contrariamente, Edward Gibbon Wakefield, líder do movimento pela reforma do sistema colonial – citado por Marx no último capítulo do livro I –, e Edward Merivale (1861) afirmavam o papel estrutural da expansão do “campo de ação” do capital por meio do “livre-comércio” e também da extensão do império formal.

Na edição francesa de 1872-1875 do livro I, no trecho final daquele capítulo, Marx explica melhor aquela suposição, dizendo que, na era da indústria mecânica, o mercado externo prevalece sobre o interno, impelindo à anexação de novos países e ao crescimento das rivalidades entre as potências industriais²¹. Como Kevin Anderson (1983, p. 74) afirma, “esse parágrafo, aparentemente desconhecido pelos maiores teóricos da virada do século, como Rosa Luxemburgo, poderia ter contribuído ao debate sobre o imperialismo. Aqui, diretamente no livro I de *O capital*, Marx estava estabelecendo uma relação entre sua teoria das crises e o fenômeno moderno do imperialismo”. Nesse capítulo – para usar a fraseologia de Harvey (2007, pp. 59, 62) –, Marx sistematicamente inclui a expansão geográfica como um caminho para absorção de excedente.

O capital britânico investido no exterior é considerado parte do “capital social total”. Sua análise não requer determinações particulares porque, no livro I, Marx não considera as relações da circulação e da multiplicidade das nações²². Ele considera as colônias britânicas, como economicamente eram, distritos particulares do sistema do país dominante e enormes reservas de

²¹ “Mas é somente a partir do momento em que a indústria mecanizada, tendo lançado raízes tão profundas, exerceu uma influência preponderante sobre toda a produção nacional; ou que, por meio dela, o comércio exterior começou a sobrepular o comércio interno; ou que o mercado universal se apoderou sucessivamente de vastos territórios no Novo Mundo, na Ásia e na Austrália; ou que, por fim, as nações industrializadas, entrando na briga, tornaram-se bastante numerosas – é somente dessa época que datam aqueles os ciclos sempre recorrentes, cujas fases sucessivas se estendem por anos e que desembocam sempre numa crise geral, marcando o fim de um ciclo e o ponto de partida de outro” (MARX, 1989, p. 557). [Tradução de Rubens Enderle in: MARX, K. *O capital: crítica da economia política*, livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 709 (N.T.)].

²² Como seus cadernos comprovam, esses aspectos, que em 1857-1858 Marx queria analisar nos livros planejados sobre o comércio exterior e o mercado mundial, sempre estiveram no centro de sua pesquisa.

força de trabalho explorável *in loco* ou por meio da migração internacional. No capítulo 8 do livro I, Marx refere-se à internacionalização do mercado de trabalho e define a migração “livre” da “era industrial” como uma nova forma de tráfico de escravos. A oferta aparentemente inexaurível de força de trabalho por meio da migração dava aos capitalistas permissão para explorar os trabalhadores até sua morte (MARX, 1996, p. 272)²³.

Embora a esmagadora maioria dos recursos e do trabalho, em termos globais, não fosse ainda explorada de *forma capitalista*, em *O capital* Marx assume a extensão universal da relação capital-trabalho assalariado, sem considerar as diferentes formas de exploração existentes. Por um lado, essa abstração reflete o fato de que o capital pode *integrar e subordinar* outras formas de exploração distintas da “livre” relação salarial, formas que são, contudo, subsumidas à acumulação de capital. Como observa Jairus Banaji, em certos países, particularmente do mundo colonial, onde o modo de produção especificamente capitalista ainda não estava estabelecido em nível nacional, as *relações de exploração capitalistas* eram, ainda assim, difundidas e dominantes (BANAJI, 2010, p. 282). Por outro lado, o estabelecimento da relação capital-trabalho assalariado em todo o mundo é o *limite extremo* do desenvolvimento capitalista²⁴, o que envolve um processo contínuo de expropriação e proletarização de camponeses, artesãos e trabalhadores autônomos por causa da concorrência com a produção industrial e da intervenção estatal direta²⁵.

²³ [MARX, K. *O capital: crítica da economia política*, livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, pp.338-339 (N.T.)].

²⁴ O desenvolvimento capitalista realiza progressivamente esse limite: enquanto no início do século XX a vasta maioria da população mundial era camponesa ou vivia em áreas rurais, o mundo de hoje tornou-se predominantemente urbano. Cf. Buttel, Magdoff e Foster (2000, p. 158). Essa é uma das mais dramáticas e mais fundamentais mudanças na história humana.

²⁵ Essa abstração reflete o que Rosa Luxemburgo define como a “proletarização constante da classe média rural e urbana, [...] a decadência da economia camponesa e da pequena manufatura artesanal, ou seja, [...] a transição constante da força de trabalho, passando de condições não capitalistas para capitalistas, produto que não é excedente do modo de produção capitalista, mas do modo pré-capitalista, já em processo progressivo rumo ao colapso e à decomposição. Neste se inclui não somente a destruição da economia camponesa europeia e do artesanato desta, mas também a destruição das mais variadas formas de produção, inclusive das sociedades primitivas, nos países não europeus”. (LUXEMBURGO, 1951, p. 362) [Tradução de Marijane V. Lisboa e Otto E.W. Maas in: LUXEMBURGO, R. *A acumulação do capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 248 (N.T.)].

O capítulo sobre a “Transformação de mais-valor em capital”, portanto, mostra que, diferentemente do que consideraram interpretações posteriores, os investimentos internacionais e a migração dos trabalhadores são estruturalmente levados em conta no livro I. O expansionismo é uma necessidade imanente do capital *em todas as fases de seu desenvolvimento* e permite a expansão de seu “campo de ação” independentemente de sua dimensão real. O capital, para Marx, não é uma grandeza fixa, mas sim

uma parte elástica da riqueza social, parte esta que flutua constantemente com a divisão do mais-valor em renda e capital adicional [...] mesmo com uma dada grandeza do capital em funcionamento, a força de trabalho, a ciência e a terra (e por terra entendemos, do ponto de vista econômico, todos os objetos de trabalho fornecidos pela natureza sem a intervenção humana) nele incorporadas constituem potências elásticas do capital, potências que, dentro de certos limites, deixam a ele uma margem de ação independente de sua própria grandeza (MARX, 1996, p. 604)²⁶.

Isso significa precisamente o mesmo que disse Rosa Luxemburgo, isto é, que o “capital não pode existir sem contar com a presença dos meios de produção e da força de trabalho de toda parte; para o desenvolvimento pleno de seu movimento de acumulação, ele necessita de todas as riquezas naturais e da força de trabalho de todas as regiões do globo” (LUXEMBURGO, 1951, p. 365)²⁷.

3. Acumulação e imperialismo

De acordo com a interpretação aqui proposta, no capítulo 22 do livro I de *O capital*, Marx sustenta que o expansionismo é uma necessidade imanente do capital em todos os seus estágios de desenvolvimento. O capítulo subsequente então mostra que a acumulação aumenta o poder expansivo do capital e tende ao *limite extremo* da riqueza absoluta, universal. Como

²⁶ [Tradução de Rubens Enderle in: MARX, K. *O capital: crítica da economia política*, livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 684 (N.T.)].

²⁷ [Tradução de Marijane V. Lisboa e Otto E.W. Maas in: LUXEMBURGO, R. *A acumulação do capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 250 (N.T.)].

a concorrência é a própria essência do capital, no entanto, esse limite não pode ser efetivamente alcançado: a acumulação continuamente reproduz a concorrência em níveis mais elevados, expressando-se sob a forma de antagonismos intercapitalistas e interestatais crescentes.

Na edição francesa de 1872-1875, Marx, pela primeira vez, distingue a concentração e a centralização de capital, que pressupõe uma mudança na distribuição do capital existente e em funcionamento e denota a fusão dos capitais existentes e a formação de sociedades por ações. A partir dos anos 1870, Marx estudou o crescimento dos “trustes” alemães e estadunidenses, que se desenvolviam economicamente mais rapidamente do que os ingleses, e considerou os Estados Unidos a potência destinada a substituir a hegemonia global britânica (MARX, 1996, pp. 703, 764)²⁸. As formas de internacionalização dos capitais alemães e estadunidenses eram distintas daquelas do capital britânico, visto que elas ocorriam após um processo de concentração em seus países natais e por meio da conexão entre o capital bancário e o capital industrial. As “empresas independentes” britânicas, inicialmente associadas ao investimento direto estrangeiro britânico, ao contrário, não estavam fundadas sobre negócios já estabelecidos no Reino Unido²⁹.

Em sua carta de 1879 para Danielson, Marx afirma que as companhias ferroviárias foram o primeiro exemplo histórico de sociedades por ação e o ponto de partida para *todas* as outras formas, a começar pelas empresas bancárias. Sua formação ocorreu com ou sem ajuda estatal: apenas na Inglaterra fora possível sem essa ajuda, graças ao reinvestimento dos imensos lucros coloniais (WILLIAMS, 1964, p. 105). Em outros países, como os Estados Unidos, esse processo teve ajuda da Federação por meio de subvenções e concessões de terra. As empresas ferroviárias tornaram-se, assim, as principais proprietárias fundiárias, conduzindo a uma fusão entre capital industrial e renda fundiária. A ferrovia

²⁸ [MARX, K. *O capital: crítica da economia política*, livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 784, 843-844 (N.T.)].

²⁹ “Empresas independentes” britânicas que tinham sedes muito pequenas ali levantaram capital de investidores domésticos e comprometeram esses fundos no exterior em setores caracterizados pelo uso de tecnologias relativamente não sofisticadas, principalmente em projetos de mineração, infraestrutura ou plantação. Cf. Wilkins (1988) e Wilkins e Schroter (eds.) (1998).

deu um impulso até agora inesperado à *concentração de capital* e também à *atividade cosmopolita* acelerada e imensamente desenvolvida do capital *de empréstimo*, aprisionando assim o mundo inteiro em uma rede de fraude financeira e endividamento recíproco, forma capitalista da fraternidade “internacional” (MARX; ENGELS, 1991, pp. 356-357)³⁰.

Nessa carta, Marx examina as atividades cosmopolitas do sistema de crédito e as consequências opostas da construção ferroviária e dos empréstimos internacionais para os principais países industriais e para os países “agrícolas”, sobretudo para a Áustria e a Itália, onde as ferrovias eram uma nova fonte de endividamento para o Estado e de “opressão para as massas” (MARX; ENGELS, 1991, pp. 356-357)³¹. Em outra carta para Danielson, de 19 de fevereiro de 1881, ele também considera a relação entre a ferrovia e o sistema da dívida pública em um país colonial como a Índia (MARX; ENGELS, 1992, p. 63)³².

Em *O capital*, ao sistematizar seus estudos históricos e empíricos, Marx afirma que a centralização leva ao crescimento de uma aristocracia financeira cada vez menos envolvida no processo direto de produção. O conceito de capital expressa a unidade dos capitais “industrial” e “financeiro”, ou melhor, a unidade entre “capital dentro do processo de produção” e “*propriedade* do capital, capital *fora* do processo de produção, que rende juros por si só”³³. Marx critica o isolamento deste último como sendo a mais elevada forma de fetichismo (MARX, 1998, pp. 396-397). O sistema de crédito, para

³⁰ [Tradução de Leila Escorsim in: MARX, K.; ENGELS, F. *Cartas sobre o capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2020, pp.333-334 (N.T.).]

³¹ [Tradução de Leila Escorsim in: MARX, K.; ENGELS, F. *Cartas sobre o capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2020, pp.333-334 (N.T.).]

³² [MARX, K.; ENGELS, F. *Cartas sobre o capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2020. pp. 3-46 (N.T.)]

³³ “A divisão meramente quantitativa do lucro bruto entre duas pessoas que possuem títulos distintos sobre o mesmo capital – e, portanto, sobre o lucro engendrado por ele – converte-se, assim, numa divisão qualitativa tanto para o capitalista industrial que trabalha com capital emprestado como para o capitalista monetário que não investe diretamente seu capital... Para essa divisão, como divisão qualitativa, é indiferente se o capitalista tem realmente de repartir seu lucro bruto com outro ou não. O empregador do capital, ainda que trabalhe com capital próprio, desdobra-se em dois personagens: o simples proprietário do capital e o empregador do capital. Seu próprio capital, com relação aos tipos de lucro que ele gera, decompõe-se em propriedade do capital, capital fora do processo de produção, que rende juros por si só, e capital dentro do processo de produção, que, como capital em ação, gera o ganho empresarial” (MARX 1998, pp. 372–373). [Tradução de Rubens Enderle in: MARX, K. *O capital: crítica da economia política*, livro III. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 424].

ele, fortalece o poder de expropriação e centralização do capital, acelerando a circulação de mercadorias e, com ela, o processo de reprodução em geral:

Num dado ramo de negócios, a centralização teria alcançado seu limite último quando todos os capitais aí aplicados fossem fundidos num único capital individual. Numa dada sociedade, esse limite seria alcançado no instante em que o capital social total estivesse reunido nas mãos, seja de um único capitalista, seja de uma única sociedade de capitalistas³⁴.

A centralização acontece em “qualquer ramo” da indústria e entre diferentes ramos de uma dada sociedade. Ela produz a abolição, na medida em que pode, das demarcações entre eles e o fortalecimento de características intrínsecas ao capital, que ignoram fronteiras setoriais ou geográficas. A mobilidade crescente dos capitais mais centralizados e a sua indiferença com relação a seu campo concreto de investimento aumentam seu antagonismo com o trabalho assalariado. A centralização, em última instância, reforça a tendência à extensão da escala de operação do capital e da cooperação do trabalho³⁵. Ela também acelera as revoluções na composição técnica do capital, o que aumenta sua parte constante às custas da parte variável³⁶. O efeito de

³⁴ *O capital*, livro I, capítulo 24, seção 2. Essa passagem – citada a partir do Marx/Engels Internet Archive – não se encontra em Marx (1996) (cf. <<http://www.marxists.org/archive/marx/works/1867-c1/ch25.htm>>). [Tradução de Rubens Enderle in: MARX, K. *O capital: crítica da economia política*, livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 703 (N.T.)].

³⁵ É importante enfatizar que, em *O capital*, Marx não analisa a cooperação como uma forma fixa característica de uma época em particular do desenvolvimento do modo de produção capitalista, mas como a forma fundamental do desenvolvimento capitalista. O termo denota a situação em que diversos trabalhadores trabalham juntos “ao mesmo tempo e no mesmo lugar (ou, se se preferir, no mesmo campo de trabalho)” (MARX, 1996, p. 327) [Tradução de Rubens Enderle in: MARX, K. *O capital: crítica da economia política*, livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 397 (N.T.)]. A possibilidade de trabalhadores cooperarem, mesmo sem trabalharem lado a lado, mas apenas no mesmo campo de trabalho, nega, a meu juízo, a interpretação “localista” da cooperação, na medida em que ela não precisa acontecer dentro de uma única fábrica, podendo ocorrer em lugares diversos, mas conectados. O processo de reestruturação global da produção industrial dos últimos 30 anos não refuta, portanto, a tendência ao aumento da cooperação, mesmo quando trabalhadores de diferentes plantas e firmas, além daqueles trabalhando de casa, contribuem para a produção em cadeias globais, sem nenhuma cooperação direta. Esse argumento, entretanto, torna mais problemática relação direta, afirmada de modo otimista por Marx, entre cooperação e organização da classe trabalhadora.

³⁶ Fusões e aquisições, contudo, também produzem uma contratendência, pois elas tipicamente resultam no corte, pelos compradores, do “excesso” de capacidade produtiva da firma comprada, reduzindo, dessa forma, a composição técnica do capital.

longo-prazo da concentração e da centralização em conjunto é um aumento da composição orgânica do capital e uma redução relativa da demanda por trabalho (que coincide com um aumento absoluto do tamanho do proletariado). Como o trabalho vivo é a única fonte do valor, isso provoca complicações crescentes, aumentando a necessidade do capital de explorar ao limite o trabalho, tanto em intensidade quanto em duração.

Com esse propósito, o expansionismo permite uma extensão do “campo de ação” do capital e, com ela, uma expansão do exército industrial de reserva, que também inclui a superpopulação relativa das colônias (MARX, 1996, p. 634)³⁷. No livro III, o investimento em colônias, onde as taxas de lucro são maiores, é apresentado como um fator que contra-arresta a tendência à queda da taxa de lucro, dando a esta sua característica meramente tendencial (MARX, 1998, p. 236)³⁸. No livro I, ao fim do capítulo 23, que ilustra a lei geral da acumulação capitalista, Marx define a Irlanda como um “distrito agrícola da Inglaterra, da qual é separada por um largo fosso de água à qual fornece cereais, lã, gado e recrutas industriais e militares” (MARX, 1996, p. 694)³⁹. Como discutiremos na próxima seção, depois da primeira edição de *O capital* (1867), Marx se envolveu cada vez mais com as questões irlandesas por meio da Internacional. Em uma carta a Engels, de 17 de dezembro de 1867, ele afirma que a Irlanda devia ser adequadamente tratada em *O capital* (MARX; ENGELS, 1987, p. 504). Na edição francesa, ele adicionou algumas passagens àquele capítulo, nas quais examina a situação dos trabalhadores e camponeses irlandeses depois da “Revolução Agrícola” que se seguiu à Fome, isto é, a mudança da terra arável em pasto, o uso da maquinaria, a concentração da terra e a economia de trabalho. A opressão “desde 1846, mesmo que menos bárbara em sua forma, foi de fato mais destrutiva, não deixando alternativas que não sejam a emancipação voluntária da

³⁷ [Marx, K. *O capital: crítica da economia política*, livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 715-716 (N.T.)]

³⁸ [MARX, K. *O capital: crítica da economia política*, livro III. São Paulo: Boitempo, 2017, pp. 276-277].

³⁹ [Tradução de Rubens Enderle in: MARX, K. *O capital: crítica da economia política*, livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 774-775 (N.T.)].

Irlanda pela Inglaterra ou uma luta de vida ou morte” (MARX; ENGELS, 1985b, p. 194). Naquela mesma seção, Marx examina os efeitos opostos do desenvolvimento agrícola e da emigração em países industrializados, como a Inglaterra, e nas colônias “agrícolas”, como a Irlanda: a emigração tornou-se um dos mais lucrativos ramos das exportações irlandesas e era um processo sistemático que provocou o despovoamento de áreas rurais e uma queda anual absoluta no contingente populacional⁴⁰.

Em seus artigos, Marx examinou os efeitos similares do colonialismo britânico na Ásia, que ele considerou – como mencionado anteriormente – como “resultados orgânicos” do sistema industrial. A pauperização extrema das massas converteu a Índia em um reservatório de força de trabalho barata, permitindo aos capitalistas fixar salários muito abaixo do valor da força de trabalho e organizar a migração em larga escala de trabalhadores indianos para as indústrias de plantação em diversas colônias britânicas, que crescentemente precisavam deles com o fim da escravidão. As Guerras do Ópio na China tiveram resultados similares. Pesquisas sobre as condições de vida dos trabalhadores nas plantações e fábricas, *in loco* ou em outras colônias britânicas, revelaram jornadas de trabalhos anormal e insuportavelmente longas, excesso de trabalho, morte prematura, salários abaixo do nível de subsistência e toda forma de violência e repressão às revoltas⁴¹.

Essas considerações são importantes porque nos permitem entender a lei geral da acumulação capitalista como uma lei da acumulação capitalista

⁴⁰ “Recorde-se de que encontramos fenômenos semelhantes quando tratamos do proletariado agrícola inglês. Mas a diferença é que na Inglaterra, país industrial, a indústria recruta sua reserva no campo, enquanto na Irlanda, país agrário, a agricultura recruta sua reserva nas cidades, no refúgio dos trabalhadores agrícolas expulsos do campo. Lá, os supranumerários da agricultura se transformam em trabalhadores fabris; aqui, aqueles que foram expulsos para as cidades, ao mesmo tempo que exercem pressão sobre o salário urbano, continuam a ser trabalhadores rurais e são constantemente rechaçados de volta ao campo em busca de trabalho” (MARX, 1996, pp. 699-700.) [Tradução de Rubens Enderle in: MARX, K. *O capital: crítica da economia política*, livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 780 (N.T.).]

⁴¹ Depois da abolição da escravidão nas plantações, “a jornada de trabalho passou a ser determinada pelos costumes da época dos escravos”. Nas plantações, ela durava do início da manhã até o pôr do sol, com uma pausa ao meio-dia. Nas fábricas, a jornada era ainda mais longa. Cf. Tinker (1974, pp. 189-190). “Vimos que os operadores nas fábricas de descarçamento tiveram, em certas ocasiões, de trabalhar 17 e 18 horas por dia. Em moinhos de arroz e de farinha, chegava-se a trabalhar ocasionalmente 20 ou 22 horas. Na imprensa, homens tiveram que trabalhar 22 horas por dia durante sete dias consecutivos” (SEN, 1977, p. 38).

em escala global e, portanto, do imperialismo. Os processos – enfatizados por Lênin – de exportação de capital, de ascensão do “capital financeiro”, de crescimento do tamanho das empresas e de partilha do mundo entre associações capitalistas são essenciais à acumulação capitalista e estão subsumidos à lei absoluta de empobrecimento da classe trabalhadora⁴².

O capital de Marx, no entanto, não examina uma “acumulação econômica pura” – um conceito que reflete a divisão entre “Estado” e “mercado” contraditoriamente afirmada pela economia política clássica⁴³; ele inclui a intervenção estatal como parte essencial. No capítulo sobre a assim chamada acumulação primitiva de capital, Marx incorpora o *sistema estatal* à análise da acumulação de capital. Nesse capítulo, ele não descreve processos “incidentais”, que “apenas ilustram a gênese, o nascimento do capital”, como Rosa Luxemburgo (1951, p. 364) defende⁴⁴, ele analisa o papel fundamental do Estado na gênese das relações capitalistas, tanto nacional quanto internacionalmente, e na reprodução da ordem social como um todo. Para Marx, a lógica do Estado é interna à lógica do capital⁴⁵. Por

⁴² Para uma análise mais detalhada dessa lei, ver Pradella (2010a; 2011).

⁴³ A economia política clássica nunca foi contrária ao Estado, foi apenas contrária à sua forma mercantilista. Os economistas clássicos pretendiam unificar a intervenção estatal e limitá-la a certas funções elementares de política externa, defesa, legislação e administração da justiça. Essa limitação era pensada como meio para fortalecer o Estado. O que o *laissez faire* negava era toda estrutura social no interior do Estado que ficasse entre ele e o indivíduo, como as corporações tradicionais, instituições locais e associações de trabalhadores. Cf. Heckscher (1955, pp. 324-325). Apesar de seu pretenso “anticolonialismo”, aliás, os economistas clássicos – como Smith e Ricardo – não foram contrários à expansão colonial britânica, mas sim à sua forma mercantilista. Para uma análise mais detalhada do projeto de reforma de Adam Smith para o Primeiro Império britânico, ver Pradella (2010b).

⁴⁴ [LUXEMBURGO, R. *A acumulação do capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 250 (N.T.)]

⁴⁵ Embora não seja possível aprofundar a análise desse ponto aqui, essa é uma interpretação que diverge com relação àquela de David Harvey. Apoiando-se em Arrighi, Harvey afirma que há duas lógicas de poder distintas, porém entrelaçadas: a lógica econômica e a lógica territorial. Alex Callinicos considera que falar em duas lógicas seria enganoso, mas defende que “o imperialismo capitalista é constituído pela interseção de duas formas de competição, a saber, a econômica e a geopolítica” (CALLINICOS, 2009, p. 15). Ao afirmar que a lógica do Estado não pode ser deduzida da lógica do capital, a meu juízo, Callinicos abre espaço para o “momento liberal” e para a geopolítica. Segundo Gonzalo Pozo-Martin, “definir o imperialismo como a interseção de duas lógicas autônomas entrega pouco mais que uma descrição” (CALLINICOS, 2007, p. 553). Robert Brenner afirma, por outro lado, que a própria concepção de Harvey do novo imperialismo demonstra, na verdade, a subordinação da lógica territorial à lógica capitalista de poder (BRENNER, 2006). Para Ben Fine, “a lógica territorial deve ser a lógica territorial capitalista e não, uma antítese à lógica do capital” (FINE, 2006, p. 142).

isso, embora a intervenção estatal tenha sido *historicamente* básica para a gênese do capital industrial, sua análise vem *logicamente* depois da análise da acumulação. Essa relação dialética expressa a fusão das rivalidades interestatais, que caracterizaram a formação do mercado mundial, com a expansão do capitalismo industrial (LUXEMBURGO, 1951, p. 364)⁴⁶, que deu origem à acentuação dos antagonismos entre as grandes potências que tentavam estender suas “esferas de influência”, tratada por Lênin em seu trabalho. A violência concentrada do Estado é, para Marx, uma *força econômica*, necessária para expandir e aumentar a exploração dos trabalhadores internamente, ao regular os conflitos de classe, e externamente. Como podemos ler nas notas de Marx (1991, p. 515) sobre *Handbuch der Geschichte des europäischen Staatensystems und seiner Colonien*, de Arnold Hermann Ludwig von Heeren, a expansão colonial correspondeu à expansão mundial do sistema estatal europeu: com a conquista da Índia, um “sistema mundial de Estados” nascia. Ao considerar ambos os aspectos da intervenção estatal, Marx não separa os processos de construção estatal e construção imperial (STONE, 1994; BREWER, 1989) e supera o que Michael Mann (1988) define como um dualismo nas interpretações modernas do Estado, que vê, de um lado, a tradição liberal focada nos aspectos internos e, de outro, a tradição militarista focada nos aspectos geopolíticos da intervenção estatal. O principal trabalho de Marx lança bases, portanto, para entender o imperialismo como a forma concreta da acumulação de capital em escala mundial.

4. Imperialismo e revolução mundial

A lei geral da acumulação capitalista parece natural apenas quando os trabalhadores não estão unidos e subjugados ao poder concentrado do capital. Mas o capitalismo se desenvolve de forma contraditória: todo aumento da força produtiva do trabalho social subsumido ao capital deve-se à cooperação, que se expande com o aumento do “campo de ação” do capital e apresenta a mesma tendência universalizante. O desenvolvimento do capital é

⁴⁶ [LUXEMBURGO, R. *A acumulação do capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 250 (N.T.)].

o desenvolvimento do proletariado, criando a base, no plano mundial, para sua alternativa histórica.

Paralelamente a essa centralização, ou à expropriação de muitos capitalistas por poucos, desenvolve-se a forma cooperativa do processo de trabalho em escala cada vez maior, a aplicação técnica consciente da ciência, a exploração planejada da terra, a transformação dos meios de trabalho em meios de trabalho que só podem ser utilizados coletivamente, a economia de todos os meios de produção graças a seu uso como meios de produção do trabalho social e combinado, o entrelaçamento de todos os povos na rede do mercado mundial e, com isso, o caráter internacional do regime capitalista. Com a diminuição constante do número de magnatas do capital, que usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumenta a massa da miséria, da opressão, da servidão, da degeneração, da exploração, mas também a revolta da classe trabalhadora, que, cada vez mais numerosa, é instruída, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista (MARX, 1996, p. 750)⁴⁷.

Os trabalhadores produzem valor apenas como indivíduos isolados que vendem sua força de trabalho no mercado, mas a acumulação aumenta a escala de sua cooperação e dá a eles a possibilidade de se organizar para se opor aos efeitos desastrosos da acumulação (MARX, 1996, p. 634)⁴⁸. Por meio de sua luta, os trabalhadores podem limitar a piora relativa de suas condições sociais, mas não podem impedi-la a não ser que derrubem o sistema em si (MARX, 1996, p. 616)⁴⁹. Como o contexto internacional é inerente às condições da classe trabalhadora de todas as nações, os trabalhadores não podem se limitar às pautas econômicas e às demandas por uma melhor distribuição do produto “nacional”⁵⁰. No texto escrito em nome do Conselho

⁴⁷ [Tradução de Rubens Enderle in: MARX, K. *O capital: crítica da economia política*, livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 832 (N.T.).]

⁴⁸ [MARX, K. *O capital: crítica da economia política*, livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 715-716 (N.T.)]. Sobre a relação problemática entre aumento da cooperação e organização autônoma da classe trabalhadora, ver nota 46.

⁴⁹ [MARX, K. *O capital: crítica da economia política*, livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 697 (N.T.)].

⁵⁰ Segundo Fawcett, era possível resolver a “questão social” na Inglaterra reduzindo os investimentos de capital no exterior e desenvolvendo o mercado doméstico.

Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores, por ocasião de seu congresso de Lausanne, Marx explica por que esse tipo de abordagem é impotente contra os efeitos dos investimentos internacionais e da imigração e por que é de importância fundamental para os trabalhadores das nações industrializadas construir a solidariedade internacional:

O poder do indivíduo humano desapareceu diante do poder do capital; na fábrica, o trabalhador é agora apenas uma engrenagem na máquina. A fim de recuperar sua individualidade, o trabalhador teve de se unir com outros trabalhadores e criar associações para defender seu salário e sua vida. Até hoje, essas associações permaneceram puramente locais, ao passo que o poder do capital, graças a novas invenções industriais, não cessa de crescer a cada dia; além disso, em muitos casos as associações nacionais tornaram-se impotentes: um estudo da luta travada pela classe trabalhadora inglesa revela que, para oporem-se a seus trabalhadores, os empregadores ou trazem trabalhadores do exterior ou transferem a manufatura para países onde há força de trabalho barata. Dado esse estado de coisas, se a classe trabalhadora pretende continuar sua luta com alguma chance de sucesso, as organizações nacionais devem se tornar internacionais (MARX; ENGELS, 1985a, p. 422)⁵¹.

Enquanto a posição internacionalista de Marx sempre foi clara em relação aos países industrializados, houve uma grande evolução no modo como concebia a relação entre as lutas do proletariado e as lutas anticoloniais⁵². Na época de seu “Discurso sobre o problema do livre-câmbio” (1847), Marx estava a favor dele porque isso aceleraria a revolução social na Europa, levando à emancipação de todas as nações. No *Manifesto Comunista*, Marx e Engels definiram a luta proletária como nacional apenas em sua *forma*, mas não em sua *substância*, e afirmaram que a emancipação das colônias

⁵¹ [Tradução de Rubens Enderle in: MUSTO, M. (org.) *Trabalhadores, uni-vos! Antologia política da I Internacional*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 252 (N.T.).]

⁵² Em *O capital*, Marx observou explicitamente, a respeito das lutas pela limitação da jornada de trabalho, que “Os trabalhadores fabris ingleses foram os paladinos não apenas da classe trabalhadora inglesa, mas da classe trabalhadora em geral”, inspirando lutas similares em outros países (MARX, 1996, pp. 303-304). [MARX, K. *O capital: crítica da economia política*, livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 370-371 (N.T.).]

dependia da vitória da revolução na Europa Ocidental. Seu otimismo revolucionário – que também decorria de uma análise pouco desenvolvida do capital – é uma das razões pelas quais, no *Manifesto*, Marx e Engels sublinham o caráter contraditório da “civilização” burguesa apenas no que tange aos países industrializados, mas não às colônias. Segundo Rosdolsky (1986), isso também ajuda a explicar os limites de sua posição sobre a “questão eslava” durante a revolução de 1848 e as declarações de Engels em favor da conquista da Argélia e do México⁵³.

Como Erica Benner observou,

Nas décadas que se seguiram à derrota das revoluções de 1848, Marx e Engels voltaram suas atenções para dois desenvolvimentos que os obrigaram a reorganizar seu pensamento sobre essas questões. Em primeiro lugar, o compasso acelerado de expansão colonial sobre países não europeus levantou novas questões sobre a relação entre o “progresso” [...] e a resistência justificada contra a exploração estrangeira. Em segundo lugar, a emergência de diferentes movimentos da classe trabalhadora revelou um leque de inclinações nacionalistas bem mais complexo do que o *Manifesto* previra (BENNER, 2006, p. 171).

Em seus artigos sobre a Índia e a China, Marx prova que a acumulação industrial reforçou os efeitos destrutivos do processo de “acumulação primitiva” nesses países⁵⁴. Contudo, ele não tratou do subdesenvolvimento como um destino para todas as nações colonizadas, reconhecendo as potencialidades das lutas anticoloniais para a revolução mundial e para o desenvolvimento nacional desses países. Em seus artigos de 1850-1853 do *New York Daily Tribune* sobre a Índia, Marx não identificou apenas os efeitos destrutivos da conquista, mas também as *condições materiais* para um

⁵³ Cf. Marx e Engels (1976, p. 471) [MARX, K. “Discurso sobre o problema do livre-câmbio” in: MARX, K. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 236 (N.T.)]; Marx e Engels (1977, p. 365) [ENGELS, F. “O pan-eslavismo democrático” in: COTRIM, L. (org.) *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020, p. 419 (N.T.)].

⁵⁴ Enquanto as diferenças de desenvolvimento econômico em várias áreas do mundo eram altamente irrelevantes até o fim do século XVII, a extensão do mercado mundial depois da revolução industrial na Grã-Bretanha fez crescer a separação. Cf. Bairoch (1976, p. 3).

levante anticolonial unificado do povo indiano. No início dos anos 1850, portanto, Marx reconheceu a capacidade de ação dos povos oprimidos e colonizados, que fora negada, à época, pela maioria dos pensadores burgueses: um aspecto negligenciado, se não completamente ignorado, pelas críticas pós-colonialistas a Marx⁵⁵. Quatro anos depois a luta nacionalista e anticolonial indiana emergiu, de fato, confirmando parcialmente a análise marxiana. A Revolta dos Sipaiois de 1857 foi o primeiro movimento unitário anticolonial do povo indiano e, inicialmente, superou as divisões entre muçulmanos e hindus. Marx apoiou *incondicionalmente* tanto ela quanto a Rebelião Taiping chinesa, interpretando-as como parte de um levante geral das “grandes nações asiáticas” contra o colonialismo britânico.

Esses movimentos, sugeria, poderiam ter tido um efeito sobre a Europa, acelerando a tendência à crise e aumentando a possibilidade de um desfecho revolucionário. A expansão do mercado mundial lançou bases para uma retroalimentação das lutas em uma escala internacional. Mas Marx e Engels (1983, p. 342) reconheceram, ao mesmo tempo, que a exploração de todo o mundo pela Grã-Bretanha estava criando um “proletariado burguês”, tornando essa interconexão cada vez mais difícil. Se a conexão entre as lutas proletárias e anticoloniais não se fizesse presente, para Marx, as revoluções anticoloniais poderiam ser o ponto de partida do desenvolvimento capitalista nacional nesses países, o que efetivamente aconteceu com o movimento anticolonialista e o nascimento das nações capitalistas modernas no século XX. Para Marx, em sua expansão mundial, o capital contraditoriamente criava as bases para o desenvolvimento de novos centros de acumulação capitalista, como aconteceu com os Estados Unidos no fim do século XIX. O sistema de empréstimos internacionais era um meio

⁵⁵ Ver, por exemplo, Said (1985). Embora não possamos discutir esse ponto em maior profundidade no presente artigo, é válido mencionar que, segundo Aijaz Ahmad, a ideia da “dupla missão” do colonialismo britânico na Índia não é eurocêntrica em si e deve ser compreendida no interior da dialética marxiana. Ela estava em acordo com sua teoria da história e era até uma ideia comum entre nacionalistas anticoloniais posteriores (AHMAD, 1992, pp. 226, 234). Como August Nimtz (2002) mostrou, os escritos de Marx provam que ele não subestimava a importância do trabalho dos camponeses ou seu eventual papel revolucionário, nem subestimava a persistência da escravidão e das formas coercitivas de trabalho assalariado peculiares aos regimes coloniais.

de exploração econômica e controle, *mas*, sob certas circunstâncias, podia ser também um meio para o desenvolvimento de novos Estados capitalistas⁵⁶. Para Marx, entretanto, qualquer possibilidade de desenvolvimento está *subsumida* às leis unitárias da acumulação, que provocam o empobrecimento da classe trabalhadora *como um todo*, a despeito das, e por meio das, diferentes condições nacionais⁵⁷.

Marx entendia que a enorme expansão do comércio e do império esteve entre os principais fatores que tiraram a Grã-Bretanha da crise de 1847-1848, mas também que isso amplificava o risco de novas crises e sua abrangência. Essa análise seria rapidamente corroborada. Em seus três “cadernos da crise”, de 1857-1858⁵⁸, Marx identifica os movimentos anticoloniais na Ásia como uma das causas da crise econômica que envolveu o mercado mundial em 1857. A crise e a Guerra da Crimeia impulsionaram diversos movimentos sociais: na Rússia, pela supressão da servidão; nos Estados Unidos, pela abolição da escravidão; enquanto na Europa os trabalhadores começaram a se mobilizar novamente, sindical e politicamente. “Foi sob o impacto da Guerra Civil e da resposta dos trabalhadores europeus, assim como da insurreição polonesa, que a Primeira Internacional nasceu”

⁵⁶ As considerações de Marx em *The Future Results of British Rule in India* (MARX; ENGELS, 1979, pp. 217-222) antecipam parcialmente o que Rosa Luxemburgo diria em seu *A acumulação do capital*: “O que existe de contraditório na fase imperialista se revela claramente nas oposições características do moderno sistema de empréstimos externos. Eles são imprescindíveis para a emancipação das nações capitalistas recém-formadas e, ao mesmo tempo, constituem, para as velhas nações capitalistas, o meio mais seguro de tutelar os novos Estados, de exercer controle sobre suas finanças e pressão sobre sua política externa, alfandegária e comercial. Os empréstimos são um meio extraordinário para abrir novas áreas de investimento para o capital acumulado dos países antigos e para criar-lhes, ao mesmo tempo, novos concorrentes; são o meio de ampliar, no geral, o raio de ação do capital e de reduzi-lo concomitantemente” (LUXEMBURGO, 1951, p. 421). [Tradução de Marijane V. Lisboa e Otto E.W. Maas in: LUXEMBURGO, R. *A acumulação do capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 288 (N.T.)].

⁵⁷ Por essa razão, Marx nos convida a estudar detalhadamente os relatórios sobre o tratamento dado aos escravos pelos europeus em suas colônias, “para ver o que o burguês faz de si mesmo e do trabalhador lá onde tem plena liberdade para moldar o mundo segundo sua própria imagem” (MARX, 1996, pp. 739-740). [Tradução de Rubens Enderle in: MARX, K. *O capital: crítica da economia política*, livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 821 (N.T.)].

⁵⁸ Marx e Engels (no prelo). [MARX, K. *Marx-Engels-Gesamtausgabe* (MEGA²). Vol. IV/14, Exzerpte, Zeitungsausschnitte und Notizen zur Weltwirtschaftskrise (Krisenhefte), November 1857 bis Februar 1858, edited by Kenji Mori, Rolf Hecker, Izumi Omura, and Atsushi Tamaoka. Berlin: De Gruyter, 2017. (N.T.)].

(DUNAYEVSKAYA, 2000, p. 83). No prefácio da edição de 1867 de *O capital*, Marx escreveu que a Guerra Civil americana era o prenúncio da revolução socialista. Segundo Anderson, os artigos de Marx sobre a Guerra Civil mostram o aprofundamento de sua compreensão sobre a questão do racismo dentro da classe trabalhadora: “durante a década de 1860, somando-se à sua perspectiva abolicionista, Marx desenvolveu um apreço pelos revolucionários afro-americanos” (ANDERSON, 2010, p. 85)⁵⁹.

Nos anos 1860, o movimento feniano ganhava força tanto na Irlanda quanto entre imigrantes irlandeses na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. Em novembro de 1867, a Internacional lançou uma campanha de solidariedade e Marx usou de todos os seus esforços para incitar os trabalhadores ingleses a protestar a favor do fenianismo. O debate político dentro da Primeira Internacional fez Marx desenvolver ainda mais sua concepção dialética da revolução internacional. Em 1869, ele afirmou que era de “interesse direto e absoluto que a classe trabalhadora inglesa” apoiasse a luta nacional do povo irlandês, cuja emancipação era fundamental para a vitória do proletariado britânico. Numa carta a Engels de 1869, Marx diz que *mudou de ideia* sobre a relação entre a questão irlandesa e a emancipação do proletariado inglês:

Durante muito tempo acreditei que seria possível derrotar o regime irlandês através da ascensão da classe trabalhadora inglesa. Sempre expressei esse ponto de vista em meus artigos para o *New York Tribune*. O estudo mais profundo agora me convenceu do contrário. A classe trabalhadora inglesa *nunca realizará* nada antes de se livrar da Irlanda. A alavanca deve ser aplicada na Irlanda (MARX; ENGELS, 1988, p. 398)⁶⁰.

A explanação mais longa de Marx de sua nova compreensão sobre a Irlanda estava contida numa carta de 9 de abril de 1870, para Sigfrid Meyer e August Vogt, na qual ele se refere à uma circular confidencial escrita por

⁵⁹ [Tradução de Allan M. Hilani e Pedro Davoglio in: ANDERSON, K. *Marx nas margens*. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 146 (N.T.).]

⁶⁰ Cf. Marx e Engels (1988, p. 398). Segundo August Nimtz, essa mudança é “ainda mais significativa visto que deixa claro que a ‘alavanca’ revolucionária para ele, ao contrário do que diz a marxologia convencional, não residia exclusivamente no mundo capitalista avançado e industrializado” (NIMTZ, 2000, p. 204.)

ele em janeiro e publicada pelo Conselho Geral. Este texto analisa não só os interesses econômicos da aristocracia rural inglesa e da burguesia na Irlanda, como também as consequências da imigração irlandesa sobre o movimento dos trabalhadores na Inglaterra:

Devido à concentração cada vez maior dos arrendamentos, a Irlanda constantemente envia sua população excedente ao mercado de trabalho inglês, implicando, assim, redução salarial e rebaixamento material e moral da classe trabalhadora inglesa. E mais importante! Todos os centros industriais e comerciais da Inglaterra agora possuem uma classe trabalhadora dividida em dois campos *hostis*, os proletários ingleses e os proletários irlandeses. O trabalhador comum inglês odeia o trabalhador irlandês como um concorrente que reduz o seu padrão de vida. Em relação ao trabalhador irlandês, ele se vê como membro da nação *dominante* e, conseqüentemente, torna-se um instrumento dos aristocratas e capitalistas ingleses contra a Irlanda, assim reforçando o domínio *sobre si mesmo*... Por sua vez, o irlandês lhe paga, e com juros, na mesma moeda. Ele vê no trabalhador inglês tanto um cúmplice quanto um instrumento estúpido da *dominação inglesa na Irlanda*... *Esse antagonismo é o segredo da impotência da classe trabalhadora inglesa*, a despeito de sua organização. É o segredo pelo qual a classe capitalista mantém seu poder. E esta tem plena consciência disso (MARX; ENGELS, 1988, p. 473).

Nesse texto, Marx identifica um dos principais objetivos do racismo institucional, que visava atacar uma parte da classe trabalhadora para rebaixar as condições de toda a classe e criar estratificações e divisões para impedir sua organização comum. Era aqui que, para Marx, o papel da Internacional tornava-se decisivo. A única forma de acelerar a revolução social na Grã-Bretanha, de fato, era promovendo o apoio da classe trabalhadora à luta nacional irlandesa, como uma *precondição para sua própria emancipação* (MARX; ENGELS, 1988, pp. 473-475). A tentativa de Marx foi parcialmente bem-sucedida. No fim de 1869, o Conselho Geral aprovou uma declaração extremamente forte pró-irlandesa. Com ela, seus membros afastaram-se de décadas de hostilidade dos britânicos com relação aos irlandeses. Marx considerou que essa resolução abria a possibilidade para uma

solidariedade, nunca antes alcançada, entre os trabalhadores ingleses e os trabalhadores e pequenos camponeses irlandeses.

A situação mudou depois da Guerra Franco-Prussiana e da supressão da Comuna de Paris. Se, por um lado, os trabalhadores armados que tomaram a capital francesa por dois meses demonstraram a capacidade da classe trabalhadora de conquistar o poder político, por outro, a Internacional foi fundamentalmente enfraquecida com sua repressão. Ela rapidamente perdeu a maior parte de suas forças, não só na Inglaterra – onde líderes sindicais, apreensivos com as tendências comunistas, se demitiram –, mas também nos dois países decisivos da Europa continental, a França e a Alemanha, onde a supressão da Comuna teve efeitos devastadores. Foi pouco depois de escrever sobre a Irlanda e a Comuna de Paris que Marx revisou o livro I de *O capital* para a edição francesa.

A crescente expansão imperialista das potências ocidentais durante os anos 1870 e seus efeitos sobre o movimento da classe trabalhadora seriam uma das razões pelas quais os estudos de Marx se tornaram mais e mais concentrados na história mundial e por que ele aprofundou sua pesquisa sobre o colonialismo, as sociedades pré-capitalistas e as formas de resistência ao capital fora do Ocidente⁶¹. Ele também planejou reescrever a seção sobre a *renda da terra*, no livro III de *O capital*, considerando a Rússia como seu modelo histórico. Contra aqueles que afirmaram que, em sua teoria, a universalização do modo de produção capitalista aparecia como algo inevitável, no prefácio à segunda edição russa do *Manifesto Comunista* (1882), Marx e Engels escreveram que se uma revolução camponesa na Rússia desse a partida para a revolução proletária na Europa, e se ambas pudessem se completar mutuamente, a comuna rural poderia lançar as bases para a transição ao comunismo. Portanto, ele negou, uma vez mais, toda visão linear da revolução.

⁶¹ Ver Krader (1972; 1975) e Anderson (2010, pp. 196-236) [ANDERSON, K. *Marx nas margens*. São Paulo: Boitempo, 2019, capítulo 6 (N.T.)].

Embora o sujeito revolucionário ao qual Marx dedicou *O capital* e a Primeira Internacional dedicou sua atividade fosse o proletariado na Europa e nos Estados Unidos – onde as condições materiais para uma revolução socialista estavam desenvolvidas –, as considerações de Marx sobre a Irlanda estabeleceram a base para conceber a revolução internacional como um processo unitário, no qual as lutas anticoloniais e proletárias estão intimamente conectadas e fazem parte de um movimento revolucionário unitário em escala global.

5. O debate marxista sobre *O capital* e o imperialismo

O período entre a morte de Marx e a Primeira Guerra Mundial foi fundamental para a interpretação e sistematização de sua obra em um corpo unificado e, portanto, para a gênese do “marxismo”. Em nossa opinião, apesar de existirem algumas questões em aberto sobre o trabalho de Marx e a contribuição de Engels, é nesse período que se encontram as principais fontes do “nacionalismo metodológico” ainda prevalecente entre as interpretações de *O capital* de Marx. Apesar de as limitações “filológicas” mencionadas na introdução serem importantes, elas não estão entre as principais influências dessa interpretação: o fundamental são as condições sociais nas quais se inseriam e as políticas internacionais dos partidos social-democratas, que estavam se tornando partidos de massa na Europa Ocidental.

Embora todos os países da Europa Ocidental tenham se beneficiado do colonialismo, seguindo de perto a Grã-Bretanha em sua expansão imperialista, as formas de internacionalização do capital alemão – como mencionado na segunda seção – diferiam em parte daquelas do capital britânico. Esse é um dos principais motivos pelos quais, como Callinicos (2009, p. 48) corretamente afirma, existe uma “uma falta de adequação empírica entre a versão de Hilferding e a estrutura econômica da principal potência global na era do imperialismo clássico, nomeadamente a Grã-Bretanha”. Na concepção de Hilferding, a concentração desempenha um papel decisivo no aprofundamento do capital monopolista e do imperialismo, enquanto esse

fenômeno estava virtualmente ausente da concepção de Hobson. De modo significativo, em *Das Finanzkapital*, o exame de Hilferding (1976, p. 397) sobre o sistema protecionista foi mais influenciado pelo argumento da “indústria infante” de List do que pela análise da assim chamada acumulação primitiva de Marx⁶².

As políticas internacionais dos partidos social-democratas, no entanto, não estiveram imunes ao “espírito racista e colonialista”, como comprovado, por exemplo, pela atitude de alguns membros do Partido Social-Democrata Alemão com relação às questões da imigração *coolie* e da agressão bélica contra a China. O sistema *coolie* foi considerado por alguns como uma “ameaça” aos proletários ocidentais (FISCHER, 1906-1907) e os trabalhadores chineses como “concorrentes” que os trabalhadores europeus naturalmente queriam “excluir de seus mercados de trabalho [grifo adicionado, LP]” (BAUER, 1906-1907, p. 489). A “questão *coolie*” foi debatida na conferência do Partido Socialista em Chicago (1885), na qual a maioria dos delegados aprovou uma resolução demandando a “proibição” a que os “amarelos” – em particular dos trabalhadores japoneses e chineses – imigrassem para os Estados Unidos (POTTS, 1990, p. 102). No Congresso do Partido Social-Democrata Alemão em Mainz (de 17-20 de setembro de 1900), Rosa Luxemburgo foi a *única* a condenar fortemente a agressão imperialista contra a China, criticando a passividade do partido⁶³.

Como não é possível aqui analisar em profundidade todos os aspectos dessa questão, iremos sublinhar apenas alguns pontos, a começar pelos trabalhos de Kautsky e sua polêmica contra Bernstein no período em que Lênin ainda o considerava um marxista, isto é, antes da “abjuração completa dos fundamentos revolucionários do marxismo que esse autor defendeu durante dezenas de anos, sobretudo, diga-se de passagem, na luta contra o

⁶² [HILFERDING, R. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 286 (N.T.)].

⁶³ Ela defendeu que o partido não podia limitar-se à agitação pela imprensa, que se comunicava apenas com uma minoria da população e não com as massas. Contra a guerra da “união capitalista europeia contra a Ásia”, um evento que marcou época em sua história, os partidos dos trabalhadores da Europa unidos tinham que reagir. A tranquilidade do movimento social-democrata com relação ao chauvinismo e ao imperialismo, ela afirmou, poderia provar-se fatal. Cf. Luxemburgo (1972, p. 800).

oportunismo socialista (de Bernstein, Millerand, Hyndman, Gompers, etc.)” (LÊNIN, 1996, p. 8)⁶⁴. Bernstein afirmara que o capitalismo – nos países ocidentais – estava superando o desemprego, contrariando, assim, a lei do empobrecimento da classe trabalhadora de Marx. Comentando a declaração do *Manifesto* de que “os trabalhadores não têm pátria”, ele defendera que isso poderia ser verdadeiro para os trabalhadores em 1840, mas que, nas presentes circunstâncias, não era mais válido, apesar dos crescentes conflitos interimperialistas, porque, com a ação dos social-democratas, os trabalhadores tornavam-se cada vez mais *cidadãos*, obtendo direitos políticos e sociais (BERNSTEIN, 1969, p. 177). A luta dos social-democratas era *nacional em sua substância* e sua tarefa era manter juntos os interesses nacionais e da classe. Bernstein não era a favor da agressão militar contra a China porque ela não era do interesse nacional alemão, mas apoiava a “pacífica” influência econômica e política da Alemanha sobre a China (KAUTSKY, 1976). Segundo ele, a questão colonial não era importante para o proletariado da Alemanha e da Europa, porque a conquista de novas colônias não fazia qualquer diferença para os trabalhadores. Ela era indiferente para o proletariado, mas não para o capital alemão: no fim da seção “Sobre a questão militar, a política externa e a questão colonial”, Bernstein defende que a Alemanha tinha o direito de conquistar novas colônias para produzir ela mesma mercadorias importadas de países tropicais. Em sua polêmica contra Bernstein, Kautsky *não* critica diretamente essa posição nacionalista e imperialista e busca provar a validade da lei do empobrecimento no plano nacional (KAUTSKY, 1976).

Uma análise específica do colonialismo por Kautsky pode ser vista em alguns artigos publicados no *Die Neue Zeit* e em seu livro *Sozialismus und Kolonialpolitik* (1907). Nesses escritos, ele não examina a função orgânica do colonialismo na acumulação e – como também fará Lênin – distingue radicalmente colônias “de povoamento” (“trabalho”) e de “exploração”

⁶⁴ [Tradução in: LÊNIN, V. *O Imperialismo: etapa superior do capitalismo*. Campinas: FE/Unicamp, 2011, pp. 112-113 (N.T.)].

(“capital”). Kautsky define a “fase liberal” do capitalismo britânico como “anticolonialista” e afirma que esse foi o período de maior liberdade da Índia⁶⁵. Podemos encontrar considerações similares em *O imperialismo* de Lênin⁶⁶. Em uma carta a Kautsky (de 18 de setembro de 1883), Engels comenta seu artigo “Auswanderung und Kolonisation [Emigração e Colonização]” e sugere que este tem limitações por se valer da documentação alemã, que, “como de costume, é um tanto sem cor e não reflete os traços mais carregados da colonização dos países tropicais, nem seus métodos mais recentes” (ENGELS, 1993, p. 57)⁶⁷. Kautsky separa as lutas proletárias nas metrópoles daquelas dos povos colonizados e oprimidos. A libertação das colônias “de exploração” dependeria da vitória da luta dos proletários ocidentais e é frequentemente apresentada como uma questão “humanitária”. Kautsky critica as posições de Van Kohl – que sublinhara as vantagens materiais obtidas pelos trabalhadores europeus a partir do colonialismo para defender uma “colonização socialista” – negando a própria existência de “vantagens” materiais imediatas para os trabalhadores.

⁶⁵ “Zeiten des Manchestertums – das Kapital noch in der freien Konkurrenz und der raschesten Entfaltung der Produktivkräfte die sicheren Grundlagen seiner Herrschaft sah. Das war auch die Zeit, in der Indiens Freiheit die meisten Fortschritte machte”. (KAUTSKY, 1907, p. 76.) [“Tempos de Manchesterismo – o capital ainda via as bases seguras de seu domínio na livre competição e no desenvolvimento mais rápido das forças produtivas. Esta também foi a época em que a liberdade da Índia fez mais progresso”, (N.T.)].

⁶⁶ Na época de maior florescimento da livre concorrência na Inglaterra, entre 1840 e 1860, os dirigentes políticos burgueses deste país eram adversários da política colonial, e consideravam útil e inevitável a emancipação das colônias e a sua separação completa da Inglaterra. M. Beer diz, num artigo publicado em 1898 sobre o ‘imperialismo inglês contemporâneo’, que em 1852 um estadista britânico como Disraeli, tão favorável em geral ao imperialismo, declarava que ‘as colônias são uma mó que trazemos atada ao pescoço’. Em contrapartida, em fins do século XIX, os heróis do dia na Inglaterra eram Cecil Rhodes e Joseph Chamberlain, que preconizavam abertamente o imperialismo e aplicavam uma política imperialista com o maior cinismo!” (LÊNIN, 1996, p. 79.) [Tradução in: LÊNIN, V. *O imperialismo: etapa superior do capitalismo*. Campinas: FE/Unicamp, 2011, p. 203 (N.T.)].

⁶⁷ [MARX, K & ENGELS, F. *Cartas sobre o capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2020, p. 369 (N.T.)]. No prefácio a *O imperialismo*, Lênin afirma que “A brochura que apresentamos ao leitor foi escrita em Zurique, durante a Primavera de 1916. Dadas as condições em que ali tinha de trabalhar, deparei-me naturalmente com certa insuficiência de publicações francesas e inglesas e com uma grande carência de publicações russas. Contudo, utilizei a obra inglesa mais importante sobre o imperialismo, o livro de J.A. Hobson, com toda a atenção que, em meu entender, tal obra merece” (LÊNIN, 1996, p. 1). [Tradução in: LÊNIN, V. *O imperialismo: etapa superior do capitalismo*. Campinas: FE/Unicamp, 2011, p. 106 (N.T.)]

O contexto social em que Lênin escreveu *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a Grande Indústria* (1896-1899) era distinto daquele da Europa ocidental continental e mais distinto ainda daquele da Grã-Bretanha. O principal objetivo do livro era realizar uma crítica às posições dos populistas russos, que afirmavam a impossibilidade do desenvolvimento capitalista russo. Em uma carta de 1892 para Danielson, Engels (2001, pp. 537-538) diz que “enquanto a indústria russa contentar-se com o mercado interno, seus produtos não poderão suprir mais que o consumo interno” e define a Rússia como um “um país sem mercado externo”, incapaz de competir no mercado mundial, como outros países “nas convulsões comerciais, na abertura pela força de novos mercados”⁶⁸. Isso pode explicar, em nossa opinião, por que o objeto do livro de Lênin, como o título mostra, é o processo de formação do *mercado interno*. No prefácio, ele afirma que trata do “problema do desenvolvimento do capitalismo na Rússia [...] tomando-o unicamente do ponto de vista do mercado interno e deixando de lado a questão do mercado externo” (LÊNIN, 1997, p. 25)⁶⁹. No primeiro capítulo, Lênin critica a teoria da reprodução de Adam Smith com base na análise de Marx do livro I de *O capital*, que ele interpreta como confinada ao mercado interno. Mesmo que Lênin afirme que o capitalismo precisa de uma expansão constante do mercado, portanto, ele não encontra um lugar *orgânico* para isso em sua análise, como, em contraste, ele encontrou para Marx⁷⁰. Em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, no entanto, Lênin cita apenas a segunda edição alemã de

⁶⁸ [Tradução de Rubens Enderle in: MARX, K; ENGELS, F. *Cartas sobre o capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2020, p. 447 (N.T.)].

⁶⁹ [Tradução de José Paulo Netto in: LÊNIN, V. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 5 (N.T.)].

⁷⁰ O livro de Lênin concentrou-se nos problemas de realização do valor e na crítica da abordagem subconsumista dos Narodniks. Minha discussão metodológica não desafia o argumento de Lênin quanto à possibilidade de desenvolvimento capitalista na Rússia, mas pretende sublinhar que foi por causa das condições específicas desse desenvolvimento na Rússia que Lênin dividiu estritamente os mercados interno e externo, interpretando erroneamente, assim, o significado do estudo de caso da Inglaterra em *O capital* de Marx. “Com relação ao problema do mercado interno, foco do nosso interesse, a conclusão principal a extrair da teoria da realização de Marx é a seguinte: o crescimento da produção capitalista e, conseqüentemente, do mercado interno, vincula-se mais aos meios de produção e menos aos artigos de consumo” (LÊNIN, 1977, p. 54). [Tradução de José Paulo Netto in: LÊNIN, V. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 23 (N.T.)].

O capital (1872), na qual Marx ainda não havia distinguido concentração e centralização de capital. Essas são algumas das razões pelas quais, em nossa opinião, Lênin afirma a necessidade de “atualizar” *O capital* para analisar o imperialismo.

A crítica de Rosa Luxemburgo aos esquemas de reprodução marxianos é baseada na mesma interpretação “nacional” de *O capital*⁷¹. Ela defende que “O papel que desempenham os empréstimos externos e os investimentos de capital feitos em sociedades anônimas do ramo ferroviário ou na mineração é a melhor ilustração crítica do esquema marxista da acumulação” (LUXEMBURGO, 1951, p. 428)⁷². É importante sublinhar que muitos dos exemplos históricos do imperialismo fornecidos por ela na seção final, sobre “As condições históricas da acumulação”, já haviam sido examinados por Marx em seus cadernos e artigos⁷³. Em *A acumulação do capital*, Rosa Luxemburgo foca, corretamente, sua atenção no aspecto “dual” da acumulação de capital, sugerindo que

Um deles desenvolve-se nos centros produtores da mais-valia – nas fábricas, nas minas, nas propriedades agrícolas – e no mercado. Vista sob esse ângulo, a acumulação é um processo puramente econômico – cuja fase mais importante se realiza entre os capitalistas e os trabalhadores assalariados... Nesse nível, a paz, a propriedade e a igualdade reinam como formas e faz-se necessária a dialética apurada de uma análise científica para descobrir como, por meio da acumulação, o direito de propriedade se transforma em apropriação da propriedade alheia, a troca, em exploração, e a igualdade, em dominação de classe. O outro aspecto da acumulação de capital é o que se verifica entre o capital e as formas de produção não capitalistas. Seu palco é o cenário mundial. Como métodos da política colonial reinam o sistema de empréstimos internacionais, a política das esferas de influência

⁷¹ No presente artigo não discutimos o conteúdo dessa crítica, apenas sua interpretação a respeito do campo de análise de *O capital*.

⁷² [Tradução de Marijane V. Lisboa e Otto E.W. Maas in: LUXEMBURGO, R. *A acumulação do capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 293 (N.T.)].

⁷³ “A luta contra a economia natural”: Índia, China e Argélia; “A luta contra a economia camponesa”: EUA e África do Sul; “Os empréstimos internacionais”: construção ferroviária e empréstimos internacionais, EUA, Ásia e Egito.

e as guerras. Aí a violência aberta, a fraude, a repressão e o saque aparecem sem disfarces, dificultando a descoberta, sob esse emaranhado de atos de violência e provas de força, do desenho das leis severas do processo econômico (LUXEMBURGO, 1951, pp. 452-453)⁷⁴.

Como ela argumenta, esses dois aspectos da acumulação de capital estão “interligados organicamente, resultado dessa união a trajetória histórica do capital” (LUXEMBURGO, 1951, pp. 452-453)⁷⁵. Foi exatamente isso que Marx fez, examinando as leis de desenvolvimento do capital social total e o caráter permanente do processo descrito no capítulo sobre a assim chamada acumulação primitiva. Inapropriadamente atribuída a *O capital* de Marx, a crítica de Luxemburgo é correta quando dirigida a suas más interpretações “nacionalistas”, que continuam a ser dominantes ainda hoje. Mesmo o debate sobre a “acumulação primitiva” como processo permanente e a “acumulação por espoliação” – que é um conceito redundante, uma vez que, para Marx, a acumulação estruturalmente implica espoliação – é baseado nesse pressuposto⁷⁶. Ao enfatizar a importância fundamental das relações entre o capitalismo e os modos de produção não capitalistas, portanto, Rosa Luxemburgo explicitou um argumento que já havia sido desenvolvido, em um nível maior de abstração, no livro I de *O capital*.

Embora não seja possível examinar as posições de Rosa Luxemburgo e Lênin sobre as questões nacional e anticolonial, é importante enfatizar que os escritos políticos de Marx desempenharam um papel fundamental no desenvolvimento da análise de Lênin sobre o imperialismo e em sua posição a respeito dessas questões. Em seus *Cadernos sobre o imperialismo*, Lênin re- senhou principalmente escritos políticos e cartas de Marx, particularmente sobre a Internacional, a Irlanda, o movimento da classe trabalhadora inglesa e a corrupção de seus líderes políticos (LÊNIN, 1968). Esses trabalhos foram

⁷⁴ [Tradução de Marijane V. Lisboa e Otto E.W. Maas in: LUXEMBURGO, R. *A acumulação do capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, pp. 308-309 (N.T.)].

⁷⁵ [Tradução de Marijane V. Lisboa e Otto E.W. Maas in: LUXEMBURGO, R. *A acumulação do capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, pp. 308-309 (N.T.)].

⁷⁶ Ver Harvey (2005a, pp. 143-144) [HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2003, pp.120-121].

essenciais para Lênin, no sentido de estabelecer a conexão entre as lutas dos trabalhadores metropolitanos e as lutas pela libertação nacional dos povos oprimidos pelo imperialismo: uma conexão que encontraremos formulada nas declarações do Primeiro Congresso da Terceira Internacional.

6. Considerações finais

Este artigo pretendeu criticar um dos principais pressupostos dos debates correntes sobre o “novo imperialismo”, a saber, aquele segundo o qual Marx, em *O capital*, examinou um sistema nacional e toda análise contemporânea do imperialismo requer “integração”, senão uma crítica parcial de sua obra principal. Na primeira seção, mostramos que o campo de análise do livro de *O capital* não é uma economia nacional, mas um sistema mundial polarizador e em constante expansão. Essa abstração permite a análise das leis de desenvolvimento do capitalismo e de seus antagonismos, refletindo a tendência do capital de Estados dominantes de, por meio do recurso permanente aos métodos da assim chamada “acumulação primitiva”, se expandir e aumentar, ao mesmo tempo, a exploração de trabalhadores em todo o mundo e a cooperação entre eles. Na segunda seção, discutimos a lei da acumulação capitalista em escala global e argumentamos que esse processo fortalece a tendência do capital à dominação universal e, dessa forma, aumenta a concorrência intercapitalista e interestatal.

A acumulação, no entanto, é um processo contraditório, que cria as premissas para sua superação. Passados seu otimismo revolucionário inicial e sua fé no significado emancipatório universal da revolução social na Europa Ocidental, Marx aprofundou sua análise da acumulação de capital em escala global e, assim, desenvolveu sua perspectiva política a respeito da relação entre as lutas proletárias e os movimentos anticoloniais, como também do perigo representado pela vaga de sentimentos nacionalistas e racistas entre líderes políticos e trabalhadores dos países imperialistas.

Essa análise mostrou-se parcialmente correta. Os partidos social-democratas da Segunda Internacional não estiveram imunes ao nacionalismo e ao

racismo. Seus líderes abandonaram a perspectiva internacionalista de Marx e a dimensão global de sua análise, a ponto de alguns deles terem defendido a função “civilizatória” e progressista do imperialismo e do colonialismo.

Em suas lutas contra essas tendências, Rosa Luxemburgo e Lênin voltaram a Marx, mas, a nosso ver, suas interpretações não superaram, de forma radical, a aplicação do enquadramento nacional na obra dele. Ao ressaltar a importância fundamental do expansionismo e da relação entre modos de produção capitalistas e não capitalistas, entretanto, Rosa Luxemburgo explicitou alguns aspectos que Marx já desenvolvera, em um nível maior de abstração, no livro I de *O capital*. “Integrando” *O capital* por meio do exame do processo de exportação de capital, da ascensão do “capital financeiro”, do aumento no tamanho das firmas e da divisão do mundo entre associações capitalistas e potências imperialistas, Lênin frisou a centralidade política e econômica de processos que, para Marx, eram partes inerentes da acumulação capitalista, estando também subsumidos a suas leis. Os escritos de Marx sobre a Irlanda e a corrupção dos líderes do movimento da classe trabalhadora inglesa desempenharam um papel fundamental no posicionamento de Lênin sobre as questões nacional e colonial e, por meio dele, na elaboração do programa internacionalista do Primeiro Congresso da Terceira Internacional.

A análise apresentada nesse artigo não implica que tudo já havia sido desenvolvido por Marx: ele nunca completou seu plano de seis livros, que incluía, nos livros sobre o Estado, o comércio exterior e o mercado mundial, um exame mais detalhado das leis do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo. A reconstrução aqui apresentada, contudo, é apenas preliminar para entendermos o significado da incompletude do trabalho de Marx e, ao mesmo tempo, os caminhos de nossa luta para desenvolvê-lo e aplicá-lo hoje. Uma análise de *O capital* de Marx à luz de seus escritos e cadernos sobre o colonialismo oferece, portanto, elementos importantes para reconsiderar o debate histórico e contemporâneo sobre o imperialismo, um debate que se encontra cheio de implicações políticas de longo alcance.

Referências

- AHMAD, Aijaz. *Theory: Nations, Classes, Literatures*. Londres: Verso, 1992.
- ANDERSON, Kevin B. "The 'Unknown' Marx's *Capital*, Volume I: The French Edition of 1872–75, 100 Years Later", *Review of Radical Political Economics*, vol. 14, n. 4, pp. 71-80, 1983.
- _____. "Marx's Late Writings on Non-Western and Pre-Capitalistic Societies and Gender", *Rethinking Marxism*, vol. 14, n. 4, pp. 84-96, 2000.
- _____. *Marx at the Margins: On Nationalism, Ethnicity, and Non-Western Societies*. Chicago: University of Chicago Press, 2010.
- ASHMAN, Sam; CALLINICOS, Alex. "Capital Accumulation and the State System: Assessing David Harvey's *The New Imperialism*", *Historical Materialism*, vol. 14, n. 4, pp. 107-31, 2006.
- BAIROCH, Paul. *Lo sviluppo bloccato*. Turim: Einaudi, 1976.
- BANAJI, Jairus. *Theory as History: Essays on Modes of Production and Exploitation, Historical Materialism*. Leiden: Brill, 2010.
- BARKER, Colin. "A Note on the Theory of Capitalist States" in: CLARKE, Simon (ed.). *The State Debate*. Basingstoke: Macmillan, 1991 [1978].
- BARTOLOVICH, Crystal; LAZARUS, Neil (eds.). *Marxism, Modernity and Postcolonial Studies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- BAUER, Otto. "Proletarische Wanderungen", *Die Neue Zeit*, 41, 25:2, pp. 476-494, 1906-1907.
- BENNER, Erica. *Really Existing Nationalisms: A Post-Communist View from Marx and Engels*. Oxford: Clarendon Press, 2006.
- BERNSTEIN, Eduard. *Die Voraussetzungen des Sozialismus und die Aufgaben der Sozialdemokratie*. Hamburgo: Rowohlt, 1969 [1899].
- BRENNER, Robert. "What Is, and What is Not, Imperialism?", *Historical Materialism*, vol. 14, n. 4, pp. 79-105, 2006.
- BREWER, Anthony. *Marxist Theories of Imperialism: A Critical Survey*. Londres: Routledge, 1990.
- BREWER, John. *The Sinews of Power: War, Money and the English State, 1688–1783*. Londres: Unwin Hyman, 1989.
- BUTTEL, Frederick H.; MAGDOFF, Fred; FOSTER, John Bellamy. *Hungry for Profit: The Agribusiness Threat to Farmers, Food, and the Environment*. Nova York: Monthly Review Press, 2000.
- CALLINICOS, Alex. "Does Capitalism Need the State System?", *Cambridge Review of International Affairs*, vol. 20, n. 4, pp. 533-549, 2007.
- _____. *Imperialism and Global Political Economy*. Cambridge: Polity, 2009.
- CAMPBELL, Persia Crawford. *Chinese Coolie Emigration to Countries within the British Empire*. Londres: Frank Cass, 1971.
- DUNAYEVSKAYA, Raya. *Marxism and Freedom: From 1776 until Today*. Amherst: Humanity Books, 2000 [1958].
- ENGELS, Frederick. *Marx and Engels Collected Works*, vol. 47, Engels: 1883-1886. Londres: Lawrence and Wishart, 1993.
- _____. *Marx and Engels Collected Works*, vol. 49, Engels: 1890-1892. Londres: Lawrence and Wishart, 2001.
- FAWCETT, Henry. *The Economic Position of the British Labourer*. Londres: MacMillan and Co, 1865.
- FINE, Ben. "Debating the 'New' Imperialism", *Historical Materialism*, vol. 14, n. 4, pp. 133-156, 2006.

- FISCHER, Emil. "Die Verwendung von Kuli als Lohnarbeiter in der Deutschen Seeschiffahrt", *Die Neue Zeit*, vol. 19, 25:2, pp. 790-796, 1906-1907.
- HARSTICK, Hans Peter. *Karl Marx über Formen vorkapitalistischer Produktion*. Frankfurt: Campus, 1977.
- HARVEY, David. *The New Imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 2005a.
- _____. *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press, 2005b.
- _____. "In What Ways Is 'The New Imperialism' Really New?", *Historical Materialism*, vol. 15, n. 3, pp. 57-70, 2007.
- HECKSCHER, Eli F. *Mercantilism*. Londres: Allen and Unwin, 1955 [1931].
- HILFERDING, Rudolf. *Il capitale finanziario*. Milão: Feltrinelli, 1976 [1910].
- HOBSON, John A. *Imperialism: A Study*. Londres: Allen and Unwin, 1948.
- HOE-GIMM, Gong. "World Economy" in: FINE, B.; SAAD-FILHO, A.; BOFFO, M. (eds.) *The Elgar Companion to Marxist Economics*. Cheltenham: Edward Elgar, 2012.
- IQBAL, Husain (ed.). *Karl Marx on India: From the "New York Daily Tribune". Including Articles by Frederick Engels and Extracts from Marx-Engels Correspondence 1853-1862*. Nova Deli: Tulika Books, 2006.
- JENKS, Leland Hamilton. *The Migration of English Capital to 1875*. Londres: Thomas Nelson and Sons, 1963.
- KAUTSKY, Karl. "Auswanderung und Kolonisation", *Die Neue Zeit: Revue des geistigen und öffentlichen Lebens*, vol. 1, n. 9, pp. 393-404, 1883.
- _____. *Sozialismus und Kolonialpolitik*. Berlin: Vorwaerts, 1907.
- _____. *Bernstein und das Sozialdemokratische Programm: Eine Antikritik*. Berlin: Dietz Verlag, 1976.
- KEMP, Tom. *Theories of Imperialism*. Londres: Dennis Dobson, 1967.
- KRADER, Lawrence. *The Ethnological Notebooks of Karl Marx: Studies of Morgan, Phear, Maine, Lubbock*. Assen: Van Gorcum, 1972.
- _____. *The Asiatic Mode of Production: Sources, Development and Critique in the Writings of Karl Marx*. Assen: Van Gorcum, 1975.
- LAPIDES, Kenneth. *Marx's Wage Theory in Historical Perspective: Its Origins, Development and Interpretation*. Westport, CT: Praeger, 1998.
- LENIN, Vladimir Ilyich. "Notebooks on Imperialism" in: *Collected Works*, vol. 39. Moscou: Progress Publishers, 1968.
- _____. *The Development of Capitalism in Russia: The Process of the Formation of a Home Market for Large-Scale Industry*. Moscou: Progress Publishers, 1977.
- _____. *Imperialism: The Highest Stage of Capitalism*. Londres: Pluto, 1996.
- LUXEMBURGO, Rosa. *The Accumulation of Capital*. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1951 [1913].
- _____. *Gesammelte Werke. Bd. I: 1893 bis 1905. Erster Halbband*. Berlin: Dietz Verlag, 1972.
- MANN, Michael. *States, War and Capitalism: Studies in Political Sociology*. Oxford: Blackwell, 1988.
- MARX, Karl. *Theories of Surplus-Value*, vol II. Moscou: Progress Publishers, 1968 [1863].
- _____. *Theories of Surplus-Value*, vol. III. Moscou: Progress Publishers, 1971 [1863].
- _____. *Grundrisse: Foundations of the Critique of Political Economy*. Harmondsworth: Penguin, 1981 [1939/1941].
- _____. "Exzerpte und Notizen. September 1846 bis Dezember 1847/Karl Marx" in: *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, Division IV, vol. 6. Berlin: Dietz Verlag, 1983.

_____. “Le Capital, Paris 1872–1875” in: *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, Division II, vol. 7. Berlin: Dietz Verlag, 1989.

_____. “Exzerpte und Notizen. Juli bis September 1851/Karl Marx” in: *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, Division IV, vol. 9. Berlin: Dietz Verlag, 1991.

_____. *Marx and Engels Collected Works*, vol. 35, Karl Marx: Capital, vol. I. Londres: Lawrence and Wishart, 1996 [1867].

_____. *Marx and Engels Collected Works*, vol. 37, Karl Marx: Capital, vol. III. Londres: Lawrence and Wishart, 1998 [1894].

_____. *Notes on Indian History (664–1858)*. Honolulu: University Press of the Pacific, 2001.

_____. “Manuskripte zum zweiten Buch des ‘Kapitals’ 1868 bis 1881” in: *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, Division II, vol. 11. Berlin: Akademie Verlag, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Frederick. *Marx and Engels Collected Works*, vol. 5, *Marx and Engels: 1844-1845*. Londres: Lawrence and Wishart, 1975.

_____. *Marx and Engels Collected Works*, vol. 6, *Marx and Engels: 1845-1848*. Londres: Lawrence and Wishart, 1976.

_____. *Marx and Engels Collected Works*, vol. 8, *Marx and Engels: 1848-1849*. Londres: Lawrence and Wishart, 1977.

_____. *Marx and Engels Collected Works*, vol. 12, *Marx and Engels: 1853-1854*. Londres: Lawrence and Wishart, 1979.

_____. *Marx and Engels Collected Works*, vol. 16, *Marx and Engels: 1858-1860*. Londres: Lawrence and Wishart, 1980.

_____. *Marx and Engels Collected Works*, vol. 40, *Marx and Engels: 1856-1859*, Letters. Londres: Lawrence and Wishart, 1983.

_____. *Marx and Engels Collected Works*, vol. 19, *Marx and Engels: 1861-1864*. Londres: Lawrence and Wishart, 1984.

_____. *Marx and Engels Collected Works*, vol. 20, *Marx and Engels: 1864-1868*. Londres: Lawrence and Wishart, 1985a.

_____. *Marx and Engels Collected Works*, vol. 21, *Marx and Engels: 1867-1870*. Londres: Lawrence and Wishart, 1985b.

_____. *Marx and Engels Collected Works*, vol. 15, *Marx and Engels: 1858-1860*. Londres: Lawrence and Wishart, 1986.

_____. *Marx and Engels Collected Works*, vol. 42, *Marx and Engels: 1864–68*, Letters. Londres: Lawrence and Wishart, 1987.

_____. *Marx and Engels Collected Works*, vol. 43, *Marx and Engels: 1868-1870*, Letters. New York: International Publishers, 1988.

_____. *Marx and Engels Collected Works*, vol. 45, *Marx and Engels: 1874–79*, Letters, Londres: Lawrence and Wishart, 1991.

_____. *Marx and Engels Collected Works*, Volume 46, *Marx and Engels: 1880-1883*, Letters. Londres: Lawrence and Wishart, 1992.

_____. *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, Division IV, vol. 14. Berlin: Akademie Verlag [no prelo].

MERIVALE, Herman. *Lectures on Colonization and Colonies, Delivered before the University of Oxford in 1839, 1840 & 1841*. Londres: Longman-Green-Longman, and Roberts, 1861.

MONTELEONE, Renato. *Marxismo, internazionalismo e questione nazionale: Dalla II Internazionale all'internazionale comunista*. Turim: Loescher, 1982.

NIMTZ, August H. *Marx and Engels: Their Contribution to the Democratic Breakthrough*. Albany: State University of New York Press, 2000.

_____. "The Eurocentric Marx and Engels, and Other Related Myths" in: Bartolovich and Lazarus (eds.) 2002.

POTTS, Lydia. *The World Labour Market: A History of Migration*. Londres: Zed Books, 1990.

POZO-MARTIN, Gonzalo. "Autonomous or Materialist Geopolitics?", *Cambridge Review of International Affairs*, vol. 20, n. 4, pp. 551-563, 2007.

PRADELLA, Lucia. *L'attualità del Capitale. Accumulazione e impoverimento nel capitalismo globale*. Padua: Il Poligrafo, 2010a.

_____. "Beijing between Smith and Marx", *Historical Materialism*, vol. 18, n. 1, pp. 8-109, 2010b.

_____. "Marx's Capital and Contemporary Capitalist Development", *International Journal of Management Concepts and Philosophy*, vol. 5, n. 2, pp. 118-126, 2011.

_____. *Mondializzazione e critica dell'economia politica alla luce della nuova edizione storicocritica degli scritti di Marx ed Engels [Globalisation and the Critique of Political Economy: New Evidence from the MEGA²]*. Ph.D. thesis, University of Naples Federico II and Paris X-Nanterre, 2012.

RICARDO, David. *On the Principles of Political Economy and Taxation*. Londres: Bell, 1891 [1817].

ROSDOLSKY, Roman. *Engels and the 'Non Historic' Peoples: The National Question in the Revolution of 1848*. Glasgow: Critique Books, 1986.

_____. *The Making of Marx's Capital*, vol. 1. Londres: Pluto, 1989.

ROSENBERG, Justin. "International Relations – the 'Higher Bullshit': A Reply to the Globalization Theory Debate", *International Politics*, n. 44, pp. 450-482, 2007.

SAID, Edward. *Orientalism*. Harmondsworth: Penguin, 1985.

SCHUYLER, Robert Livingston. *The Fall of the Old Colonial System: A Study in British Free Trade, 1770-1870*. Oxford: Oxford University Press, 1945.

SEN, Sukomal. *Working Class of India: History of Emergence and Movement, 1830-1970*. Calcutá: Bagchi, 1977.

SHAIKH, Anwar. "Foreign Trade and the Law of Value, Part I", *Science and Society*, vol. 43, n. 3, pp. 281-302, 1979.

_____. "Foreign Trade and the Law of Value, Part I", *Science and Society*, vol. 44, n. 1, pp. 27-57, 1980.

SMITH, Adam. *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, two volumes. Frome/ Londres: Butler and Tanner, 1961 [1776].

SMITH, John. *Imperialism and the Globalisation of Production*. Ph.D. thesis, University of Sheffield, 2010.

STONE, Lawrence (ed.). *An Imperial State at War: Britain from 1689 to 1815*. Londres: Routledge, 1994.

TINKER, Hugh. *A New System of Slavery: The Export of Indian Labour Overseas, 1830-1920*. Oxford: Oxford University Press, 1974.

VAN DER LINDEN, Marcel. "Labour History: The Old, the New and the Global", *African Studies*, vol. 66, 2/3, pp. 169-180, 2007.

WAKEFIELD, Edward Gibbon. *A View of the Art of Colonisation, with Present Reference to the British Empire*. Londres: John W. Parker, 1849.

WILKINS, Mira. "European and North American Multinationals, 1870–1914: Comparisons and Contrasts", *Business History*, vol. 30, n. 1, pp. 8-45, 1988.

WILKINS, Mira; SCHROTER, Harm (eds.). *The Free Standing Company in the World Economy, 1830–1996*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

WILLIAMS, Eric Eustace. *Capitalism and Slavery*. Londres: André Deutsch, 1964.

WINCH, Donald. *Classical Political Economy and Colonies*. Cambridge, MA.: Harvard University Press, 1965.

WOOD, Ellen Meiksins. "Logics of Power: A Conversation with David Harvey", *Historical Materialism*, vol. 14, n. 4, pp. 9-34, 2006.